

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VANNUCHI, Paulo de Tarso. Paulo de Tarso Vannuchi (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 48min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Paulo de Tarso Vannuchi
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 05/03/2015

Duração: 3h 48min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Ação Libertadora Nacional; Anistia política; Central Única dos Trabalhadores; Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Direitos humanos; Ditadura; Eleições; Ensino fundamental; Ensino secundário; Ensino superior; Ernesto Geisel; Fome; Forças Armadas; Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo); Guerrilha rural; Luiz Inácio Lula da Silva; Medicina; Memória nacional; Militância política; Nelson Jobim; Partido dos Trabalhadores - PT; Política; Reforma agrária; Repressão política; Sindicalismo; Sistema prisional; Sociedade civil; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Tortura; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 05.03.2015

Arquivo 1: Prisão entre 1971 e 1976; estudante de Medicina na USP; soltura em liberdade condicional; sentença do STM; período de distensão durante o governo de Ernesto Geisel; campanha eleitoral de 1974; não envolvimento com política após a saída da prisão; ameaças de Carlos Alberto Brilhante Ustra; militância na Ação Libertadora Nacional (ALN); mobilização pelo projeto de anistia ampla, geral e irrestrita; duplo conteúdo e efeitos da Lei de anistia; acolhida no Instituto Sedes Sapientiae; trabalho de Maria Nilde Mascelani no Colégio Vocacional de São Paulo; comunidades eclesiais de base; origem do movimento contra a carestia; oferecimento de curso de fé e político no âmbito do Instituto Sedes Sapientiae; trabalho com Frei Beto; movimento sindical no final da década de 1970; início da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat); início do Partido dos Trabalhadores (PT); trabalho no projeto “Testemunhos pró paz” (TPP), que viria a ser o Brasil: nunca mais; evento reunindo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Superior Tribunal Militar, com discussão sobre Fórum da Justiça Militar, sobre a situação da mulher, sobre o direito à memória da verdade e sobre, a repressão política; regras da ALN para um militante que saiu da prisão; proposta leninista; militância no PT; trabalho junto à liderança operária sindical; trabalho com o secretário geral do PT, Jacob Bittar; trabalho de assessoria e organização do partido; trabalho com análise de conjuntura; trabalho com Lula, durante campanhas eleitorais; formação do governo Paralelo do PT, em 1990; elaboração de plano nacional de reforma agrária; origem do programa Fome Zero; primeira prefeitura governada pelo PT, em 1982; surgimento do Instituto Cidadania, atual Instituto Lula; projeto de reforma urbana; criação do Ministério das Cidades; preparação para eleições nos anos 2000; elaboração do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); pediu para continuar em São Paulo após a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002; trabalho junto à Secretaria Nacional de Juventude; trabalho quantitativo no projeto Brasil: nunca mais; Cândido Pinto de Mello; Projeto Juventude.

Arquivo 2: Agenda do PT, entre a década de 1980 e os anos 2000, e a apuração de violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar; direito à memória e à verdade; monumentos em homenagem à pessoas mortas durante o regime militar; crise política de 2005 e a proposta de redução de ministérios; restauração do caráter ministerial da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Política nacional de apoio ao desenvolvimento local; convite para assumir a Secretaria Nacional de Direitos Humanos; convite de Lula para resolver a questão dos mortos e desaparecidos políticos; motivos para sua nomeação como secretário; percepções sobre o Lula político; relação de pessoas com quem buscou aconselhamento assim que assumiu como secretário; contato com Elio Gaspari; contato com Paulo Sérgio Pinheiro e sua sugestão de criação de uma Comissão Nacional da Verdade; designação de Lula para localizar o paradeiros dos corpos dos desaparecidos e abrir os arquivos, com determinação de que punição seria com o Poder Judiciário; papel do Ministério Público; necessidade de dar maior visibilidade à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos; situação de Alexandre Vannucchi, seu primo, militante da ALN, morto durante a ditadura; releitura da teoria marxista; publicação do livro Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; atuação de Tarso Genro no Ministério da Justiça e de Paulo Abrão na Comissão de Anistia; iniciativas estatais

entre a edição da Lei de anistia e a criação da Comissão de Anistia e necessidade de avanço; posse de Nelson Jobim como ministro da Defesa e tentativa de contato; relatório solicitado pelo ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, às Forças Armadas sobre a Guerrilha do Araguaia; características do Ministério da Defesa; cerimônia de lançamento do livro Direito à memória e à verdade, em 2007; atuação de Nelson Jobim no processo de criação da Comissão da Verdade e de edição do Plano Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3); iniciativa de Tarso Genro, então ministro da Justiça, de discutir a Lei de anistia, em 2008; características do Ministério da Justiça; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, de 2008, proposta pela OAB, questionando a interpretação vigente sobre a Lei de anistia; ações questionando a Lei de anistia na Justiça; decisão do STF sobre a Lei de anistia, em 2010; realização da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008; iniciativa de criação da Comissão da Verdade; necessidade de atualizar o PNDH proposto pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1993.

Arquivo 3: Construção histórica dos direitos humanos; participação do Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1993; elaboração e características do PNDH-1, PNDH-2e PNDH-3; negociação para edição do PNDH-3 em decreto presidencial e relação com a sociedade civil; recomendações ao Poder Judiciário presente no PNDH-3; desconhecimento sobre o que pensam os integrantes das Forças Armadas atualmente; comentários do então ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao PNDH-3, sobre desmilitarização da polícia e sobre a criação de uma comissão nacional da verdade; busca de apoio político para aprovar o projeto de criação de uma comissão nacional da verdade; criação da Comissão Nacional da Verdade; discussão do eixo sobre modelo de desenvolvimento durante a Conferência Nacional de Direitos Humanos; limitações institucionais para solicitar ações do Poder Judiciário; objeções de Nelson Jobim ao PNDH-3; reações da imprensa ao PNDH-3; continuidade na Secretaria Nacional de Direitos Humanos; decisão sobre o período de trabalho da Comissão Nacional da Verdade (1946 a 1988); conversa com o presidente Lula sobre a inserção de tópico acerca do esclarecimento público das violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política; conversa com o presidente Lula sobre a CNV no contexto da realização da Cúpula Climática de Copenhague; lançamento do PNDH-3, em 2009, com presença de Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil; entrega de Prêmio Direitos Humanos 2009 a Inês Etienne Romeu; reação de Nelson Jobim ao lançamento do PNDH-3; reunião para criação da CNV; posição de Nelson Jobim propondo que a CNV examinasse crimes cometidos pelos “dois lados”; crítica à tese da bilateralidade; não cooperação dos militares durante a atuação da CNV; recomendações da CNV; Comissão da Verdade da Democracia; Estado brasileiro propiciando um exame sobre si mesmo; ensino militar; edição do Plano Nacional de Defesa; programa de direitos humanos para militares que atuam em operações de paz.

Arquivo 4: Definição conceitual sobre reconciliação nacional presente na lei de criação da CNV; dificuldade em lidar com a ideia de reconciliação; possibilidade de punição a torturadores e agentes repressivos; definição de justiça restaurativa; possibilidades de punição a torturadores; justiça de transição no Brasil; papel do STF com relação à interpretação sobre a Lei de anistia; decisão do STF sobre a ADPF 153, em 2010; burocracia internacional dos direitos humanos; saldo da sua atuação como secretário Nacional de Direitos Humanos; introdução de questões sobre direitos humanos no exame da OAB; necessidade de diretrizes curriculares nacionais de direitos humanos para o ensino básico; diminuição do analfabetismo no Brasil; problema para lidar com direitos humanos não é sua fundamentação, mas sim sua efetivação; participação da sociedade civil no comitê de

monitoramento para criação o PNDH-3; equipe de elaboração o PNDH-3; questão religiosa e PNDH-3; reuniões com a sociedade civil para criação da CNV; parceria do governo com o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos; crise atual do PT; reunião na casa de Amelinha Teles, em 2006; reunião com Dom Erwin, para discutir a Usina de Belo Monte; sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro, de 2010.

Entrevista: 05/03/2015

Dulce Chaves Pandolfi – Cinco de março de 2015, entrevista com Paulo de Tarso Vanucchi, realizada por Dulce Pandolfi e Angela Moreira, no âmbito do projeto “Arqueologia da reconciliação”. Paulo, nesse projeto a gente tem feito e, aliás, é uma prática aqui do CPDOC fazer história de vida com as pessoas. No seu caso, se justifica uma super história de vida. Mas como o nosso tempo é muito limitado e nós estamos, enfim, correndo para... Foi um esforço grande conseguir agendar com você essa entrevista. A ideia é que hoje a gente inicie sua entrevista. Claro que você vai dizer seu nome, data de nascimento, seus familiares, uma coisa muito breve e que a gente, de fato, comece a entrevista a partir da Lei de Anistia. Da Lei de Anistia para ver se a gente consegue chegar até a Comissão da Verdade, até os dias de hoje, que eu também acho que vai ser um feito difícil. Mas, de qualquer maneira, a gente avança um pouco. E outra vez a gente marca então para fazer essa primeira etapa da sua trajetória, trajetória riquíssima. Ok? A gente sabe que você foi uma pessoa, enfim, presa, militou no movimento estudantil, teve uma trajetória com muitas facetas, mas então a gente gostaria que você começasse falando do impacto que foi a Lei da Anistia para você, um ex-presos. Quer dizer, quando a anistia vem você já está em liberdade. Sabemos também que você participou ativamente do projeto da construção do “Brasil: nunca mais”, aquele livro importantíssimo. Então se você contasse esse momento do impacto da Lei da Anistia na sua vida, na vida do país, e a gente vai seguindo.

Paulo de Tarso Vannuchi – Tá. Bom, claro, Dulce, que falar a partir da anistia é falar da minha vida dos 29 anos para frente. Eu fiz 29 em maio daquele ano, pouquinho antes de agosto e agora eu estou quase fazendo 65. E aquele momento, ele começa, o momento 1979, na minha vida, como você disse, era situação de alguém que estava ali. Nem me lembro bem, tecnicamente, como foi o final da minha condenação. Eu fui preso em fevereiro de 1971, era estudante de medicina da USP, em São Paulo, e fiquei cinco anos preso, saí em fevereiro de 1976, mas em liberdade condicional. Em liberdade condicional por ter menos de 20 anos quando preso. Ainda com menos de metade da pena. A pena era 14 anos, o Superior Tribunal Militar reduziu para 12 e com cinco anos eu já tinha direito à liberdade condicional e a minha soltura já fazia parte de uma mudança do cenário político do Brasil, sobretudo, 1974, 1975, período Geisel, distensão. A campanha eleitoral de 1974, com vitórias do MDB, 1975 a morte sob torturas de Vladimir Herzog dá uma sacudida geral e acho que o regime acelera os seus

procedimentos, inclusive nessa linha de soltar pessoas que já tinham ficado presas uma quantidade razoável de tempo. E eu então estava trabalhando, constituindo família, não voltei à medicina. Fui fazer jornalismo e confesso que com receios e medos muito humanos de não me envolver na vida política até o ponto de me expor. Porque eu tinha recebido, inclusive, meses antes, recados de uma pessoa que hoje é muito conhecida, chamada Carlos Alberto Brilhante Ustra. De pessoas que eram soltas e no dia de serem soltas eram chamadas lá no DOI-CODI para uma última ameaça e essa ameaça dele foi: “Olha, e avisa o Vanucchi e ao Reinaldo Morano...” Que era um outro amigo meu da faculdade de medicina. “...De que eles vão sair, eles vão voltar a militar na ALN e nós vamos matá-los.” Então esse tipo de coisa. E tanto ele quanto eu, ele um pouquinho mais do que eu, mas os dois, não éramos aquelas figuras de proa da resistência, que tínhamos participado das grandes operações. Éramos figuras com uma pequena participação na resistência armada, muito limitada, sem papel de dirigente. Então não fazia sentido, era uma birra muito, assim, dessa vivência pessoal ali, torturador e torturado. E eu estava então, nesse momento, participando das mobilizações pela anistia, pela outra anistia. A anistia que não foi aprovada, ampla, geral e restrita. Essa que foi aprovada, ela sempre veio com esse duplo conteúdo. O conteúdo de que: bom, tem aí uma tentativa de proteger os torturadores e nós éramos um conjunto de presos políticos que não se avaliavam com a menor condição de força para sair em público dizendo que: “Não, nós exigimos punição aos torturadores”. Isso praticamente não existiu na época, porque era uma anistia pela metade, era uma anistia que, como está claro hoje, em 2015, ela anistiava torturadores de crimes que não são anistiáveis. O país tem que resolver ainda essa questão. Mas, objetivamente, abria porta para a saída de presos. Não todos. O último que saiu, saiu um ano e dois meses depois da Lei de Anistia. Mas permitiu a volta de Prestes, Amazonas, Paulo Freire, Betinho, Apolônio de Carvalho, centenas de pessoas que vieram e vieram para impulsionar de diferentes formas a democratização. Então não é que tenha havido, naquele momento, um conflito entre dois projetos de anistia e o nosso, que era uma anistia para valer. Tivéssemos saído a campo para protestar contra... Não, nós fomos para os aeroportos participar dos grandes eventos. Arraes também, não é? Brizola, não é? Então eu estava fazendo isso nesse momento e 1976, 1977, muito olhando de lado, aí com a vida profissional começando a se assentar, em 1978 no...

D.P. – Você já trabalhando como jornalista? Você conseguiu...

P.V. – Não, fazendo faculdade. Então a vida profissional começou em uma acolhida que um segmento da igreja de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, fazia de presos políticos exilados de outros países da região e, sobretudo, no âmbito do Instituto Sede Sapientiae, que existe hoje, que era a antiga faculdade de filosofia, ciências e letras, com a Madre Cristina Sodré Dória, uma grande religiosa, que criou no Brasil esses paradoxos, a primeira área de atendimento freudiano. Quer dizer, imagina a Igreja e Freud, com a relação colidente e teve esse paradoxo. É amiga de Honestino Guimarães, acolhia. Toda vez que eu conversava com ela, ela contava do Gui, do Honestino Guimarães. Ela começou a acolher presos políticos, um dos advogados nossos, Luiz Eduardo Greenhalgh, fazia a intermediação Igreja – famílias e, nessa hora, a auditoria exigia em 30 dias você comprovar emprego e matrícula na faculdade. Então por esse esquema obtiveram lá um pequeno emprego de 90 dias e, em seguida, eu vim trabalhar no Sede Sapientiae com Madre Cristina e, sobretudo, com uma educadora chamada Maria Nilde Mascelani, que tinha liderado uma experiência pedagógica revolucionária chamada Colégio Vocacional de São Paulo, que vinha se desenvolvendo. Era uma dessas múltiplas tentativas de pensar um outro ensino, integrado, atividade, teve três ou quatro unidades e, finalmente, em 1975, aí o regime partiu para cima, fechou o ensino vocacional, prendeu Maria Nilde junto com o Valdemar Rossi e outras lideranças católicas. E Maria Nilde propôs ali a formação de um centro de educação popular, ou seja, o Sede Sapientiae não era mais faculdade, tinha um grande departamento de psicanálise com figuras como Regina Schneider, que era uma das grandes psicanalistas brasileiras e tinha um pequeno centro de filosofia com uma religiosa também, Laura, que era foucaultiana. Então faziam algumas reflexões em torno de Foucault. E Maria Nilde queria fazer um trabalho voltado para educação política daquele fenômeno emergente das comunidades eclesiais de base, que de 1968 em diante cresciam, cresciam. Tiveram em São Paulo um dos seus grandes centros aqui no Brasil e havia uma enorme demanda, no momento em que começava a haver a possibilidade de alguma atividade. Em 1975 houve uma grande assembleia popular na Zona Sul de São Paulo, colégio Santa Maria, tudo igreja. Para ter uma ideia, um agente do DOPS foi localizado lá e foi desarmado. O pessoal tirou a arma dele e botou para fora. Coisa que era impensável dois anos antes. Era para discutir o custo de vida. Dali começou a nascer o movimento do custo de vida, que depois virou movimento contra a carestia e a história é conhecida. E havia uma enorme carência de entender política, de entender o regime, o tema fê e política. Então o Sede Sapientiae, ele foi uma instância muito vocacionada para fazer isso e a gente constituiu nessa equipe. Eu falei: “Bom, vamos trazer então um grande

companheiro de prisão, que era Frei Beto. O outro companheiro de prisão, Paulo de Tarso Venceslau, a Maria Nilde, Pedro Pontual e Paulo Malthus, pessoas ali do staff da Maria Nilde e ali começamos a oferecer para a periferia, igreja de São Paulo, o curso básico lá de fé e política e, no fundo, era um pouco de teoria da luta de classes, ideias marxistas, como funciona a sociedade e o Frei Beto fazendo a relação disso com teologia, com o evangelho. Isso se espalhou. Nós fizemos quatro, cinco bairros-chave da cidade de São Paulo. Um deles era Vila Remo, que projetava já a liderança de Santo Dias da Silva, que foi morto em um piquete em 1979, em outubro, depois da Lei de Anistia, em uma greve. Era uma atividade política em que eu, em liberdade condicional, me sentia muito no limite de se eu já não estava fazendo uma coisa perigosa que, em algum momento, ia aparecer, eu ia voltar para a cadeia, etc., tal. E a Lei de Anistia, claro, ela favorece tudo isso, porque aí pára de ter que ir uma vez por mês na auditoria assinar o livro, toda vez que você sai de casa ver se está sendo seguido. Se bem que isso fica de tal maneira impregnado, que ainda hoje eu, muitas vezes, me vejo olhando para trás. Não só pela paranóia da repressão, mas pensando também na violência. E aí também, nesse momento, começa a acontecer uma primeira conversa de “vamos criar um novo partido, vamos começar a articular uma mudança sindical”. Em 1978 já teve uma grande conferência sindical e eu já começava a participar disso tudo. Participava como? Eram essas grandes assembleias, tinham grupos de trabalho. Não é como agora, que é tudo um plenário, não é? Se fazia uma tarde de grupos de trabalho. Aí nós passávamos a noite, virávamos a noite sistematizando a discussão de cada grupo para preparar a votação das grandes assembleias que geraram a CUT. Conclate, primeira, segunda, depois como CUT. E o PT, em 1979, ele existe. Quer dizer, fevereiro de 1980 é a certidão de nascimento de um registro retardado. [riso] Mas 1979 ele está constituído, nós já estamos ali. E ainda a pergunta que eu estou fazendo, ela envolveria mais uma coisa. Ou seja, a Eny Raimundo Moreira tem uma ideia, apresenta para Greenhalgh, que leva a Dom Paulo Evaristo Arns, que chama Jaime Wright e está nascendo o “Brasil: nunca mais”, nome que só foi dado no quinto e último ano. Chamava-se “Testemunhos pró paz”, TPP. E esse projeto então começa a ser desenhado e o Greenhalgh me chama e fala: “Olha, você é uma pessoa que nós queremos que trabalhasse nisso”. Eu lembro que quase Inês Etienne Romeu veio trabalhar também e em dezembro de 1979 eu comecei a trabalhar. Era, como se sabe, tem até um livro do Lawrence [inaudível], norte-americano, sobre isso, contando a história, mas eu não contava na minha casa o que era. “Não, é uma pesquisa de direitos humanos, não sei o que, com a Igreja”. E funcionou na base do advogado Singmaringa Seixas,

principalmente, em Brasília. Ele ia ao STM e pedia cópia dos processos que ele pode ou não. “Ah, então o senhor leva. Leva o processo e devolve amanhã”. Então ele montou lá uma coisa de xerox e a gente foi localizando, juntando. Chegamos a 707 processos, se não me engano. Não sabíamos se seriam sete mil... E aí, quando chegou no final, a gente percebeu que: “Esses 700, certamente, não é tudo, mas não deve ser mais do que 800.” Só os que foram ao STM. Os que ficaram nas auditorias, porque não subiram, aí nós nunca... Agora a presidenta do STM é uma pessoa muito aberta, muito amiga, até gostei de ver o nome dela no jornal ontem como candidata ao supremo. Escrevi para ela, ela já respondeu. “Não, isso aí não tem chance e tal.” E ela acaba de fazer um evento em Brasília, não sei se você sabe. Ela convidou a corte, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É a primeira vez que as duas estiveram no Brasil, reunidas em um seminário lá. Na última hora tivemos que cancelar a minha palestra, porque há um impedimento nosso, regulamentar, de envolvimento em questões brasileiras. Então, por prudência, não vá. Fui muito bem, terminou com a palestra do Rezek, muito ruim, dizendo que a Comissão de Direitos Humanos não sabe trabalhar. E a imprensa, logicamente, não deu uma linha disso. Até eu falando para jornalistas amigos, dizendo: “Notícia, que isso é um marco.” Lá no STM nós estamos discutindo tudo. Discutimos o Fórum da Justiça Militar, discutimos a situação da mulher, discutimos o direito à memória da verdade, a repressão política. É, você me contou, por isso que eu falei para ela. E aí, assim, só para dizer isso, que então o que eu estou fazendo no momento da anistia é isso. E agora, por último, também, nesse momento já está claro, mas desde que eu saí da cadeia, em janeiro de 1976, eu estava cumprindo as regras de disciplina da minha organização, que era... Primeiro, o militante, quando é solto, ele tem que voltar à militância política. E eu saí assim, eu me mantive na cadeia militante, saí militante, com muita certeza de que não queria voltar para ser preso [riso] e nós tínhamos feito uma discussão muito boa e profunda sobre a nossa prática. Nós não nos arrependíamos de nada, mas se pudéssemos começar de novo, não teríamos cometido tantos erros. O principal deles é a relação com a classe trabalhadora. Nós nos tornamos uma vanguarda que ficou isolada e vanguarda isolada é aniquilada. Então o trabalho no Sede Sapientiae, que eu resumo sempre de um jeito irônico, era uma busca de síntese entre Lênin e Paulo Freire. Porque nós vínhamos com uma formação... Eu, quando fui preso, conhecia muito pouco do Lênin e estava na ALN, organização que não era leninista, pelo contrário, muito inorgânica. E o leninismo é uma proposta de partido muito disciplinado, unificado e uma das premissas do leninismo é que a consciência revolucionária não pode nascer da própria classe trabalhadora. Ela tem que ser

trazida de fora por representantes ilustrados das elites e tal. E o Paulo Freire diz exatamente o contrário. [riso] E a gente trabalhava ali estudando os dois, tentando fazer um caldo. Não, primeiro a voz para a classe trabalhadora, é da base. E, realmente, da base veio a riqueza daquele ciclo histórico que gerou a CUT, gerou o PT, gerou os primeiros anos 1980. Então eu estava nesse trabalho, fazendo isso, as pesquisas que eu fiz sobre a minha organização ao final de algum tempo, porque demorava. A gente procurava uma pessoa, achava e começava a conversar com ela e, com meia hora, você não sabia se era um policial, se era um cara que tinha sido preso, tinha sido cooptado. E aí, sim, nesse período está claro que a ALN não existia mais, a última direção foi presa, destruída na semana santa de 1974 e os remanescentes amigos, da cadeia, alguns do exílio, ficavam procurando alternativa. E quando começa a aparecer a ideia do PT, um partido de massa, que vai não sei o que, aquilo atendia muito a reflexão que se fazia já na cadeia, de que: “Olha, é isso que precisa.” E um partido que tenha um pensamento programático, mas aberto, sem dogmatismo. Aprender com a derrota, aprender com aquele aniquilamento. Então era essa a minha vida aí no período da anistia. Eu estava fazendo esse trabalho profissional, vida familiar, terminando a coisa, não ia nos grandes eventos do CBA. Até ia, chegava lá para ver, mas ficava lá atrás, não ia para a mesa, não é? Como tantos de nós nessa época.

Angela Moreira D. da Silva – Só para deixar registrado, você mencionou que nesse encontro entre integrantes da Comissão de Direitos Humanos e da Corte de Direitos Humanos e os integrantes do STM vocês têm um certo impedimento para se manifestar.

P.V. – Eu brasileiro. O impedimento é assim: o mexicano não intervém. Mas é assim: tem uma discussão de sala em Washington. Vai discutir um caso no México, a presidenta vira para o [inaudível] Orozco e fala: “Comissionado, por favor.” Levanta, sai para uma sala e, quando termina aquele tema, cinco minutos ou uma hora, alguém vai nos chamar. E isso funciona mesmo. Até exageradamente. Notícias de imprensa, que todo mundo sabe, eles não comentam na frente e tal.

D.P. – Certo. Então você ingressa no PT, começa sua militância partidária, se torna uma pessoa muito próxima do Lula e nas campanhas presidenciais você foi uma pessoa também [inaudível].

P.V. – Então, Dulce, eu vou falar um pouquinho disso, sim. Qual inserção no PT? Então nessa busca de remanescentes, etc., uma pessoa que rapidamente eu reencontro, a gente se liga, é José Dirceu, por exemplo. Mas ali houve então algumas atividades em que figuras como Genuíno, Zé Dirceu, Eduardo Jorge, de um perfil semelhante ao meu e de tantos outros do Rio, de outros lugares, fizeram a opção de uma projeção pública disputando posições partidárias. Então queria ser o presidente do PT, o secretário geral do PT e parlamentares, a partir das primeiras eleições de 1982 em diante. E eu fiz parte de outras pessoas, que também são muitas, que levávamos a nossa discussão do tempo de cadeia até esse ponto de que o papel nosso, de militantes, não deveria ser, naquele contexto, ficar querendo assumir o primeiro posto, mas sim estimular, e apoiar, e dar fundamentos, qualificando essa nova liderança operária sindical. Então aquele tripé inicial fundador do PT, que era Lula, Olívio Dutra e Jacob Bittar, três sindicalistas de maior projeção. Alguns de nós cuidamos de... Bom, então eu fui trabalhar, no primeiro momento, com o Jacob Bittar, que era o secretário geral. [Inaudível] se eu ia trabalhar com o Lula ou não. Então desde 1980 eu faço esse trabalho. Durante muito tempo um trabalho, praticamente, voluntário. Durante um certo tempo, se pagava lá um salário mínimo. Então eu tinha que fazer outra atividade. Em algum tempo, era a atividade lá do centro de educação popular, depois o trabalho do “Brasil: nunca mais”, que me garantia remuneração básica, então essa militância. Aí eu tive no PT, na história toda do PT, esse perfil. O perfil de um assessor, um cara que participa de discussões, não está na disputa das correntes de cargos, nem na disputa parlamentar. Ajudando também na organização, - foi o meu primeiro momento -, e se um dia eu fosse escrever um livro de memórias, ou for escrever, eu vou contar isso, que foi um trabalho organizativo. Dá para entender um pouco a dificuldade da Marina de não conseguir as assinaturas para a Rede. Porque não foi fácil e, àquela época, a regra era mais rigorosa, então ficava... Quantos municípios tem que ter em cada estado, pegava avião, fazia um circuito para viajar etc. Porque os dirigentes sindicais não podiam fazer isso. Tinham que estar no seu evento. Então esse trabalho... Depois a elaboração, não é? Eu não participei da elaboração dos primeiros documentos fundadores do PT, mas de muitos outros. Participando na relação, na formulação. O trabalho de formação, que foi sempre, até hoje, uma paixão. Se é a coisa que eu gosto mais de fazer, eu faço. Juntar grupos de cinco pessoas, de 10, de 50 para discutir as questões. Então agora eu trabalho já há muitos anos, há mais de 30 anos, fazendo a tal da análise de conjuntura. E ao final de 30 anos você erra tanto, que aprende a fazer uma coisa bem feita, não é? Então nesse momento, por exemplo, eu estou com pedidos cinco vezes mais do que eu

consigo atender. De ir lá no sindicato, ir na CUT, ir em tal lugar para fazer, ajudar a entender um pouco essa situação. Então a minha história no PT foi essa e, claro, foi se firmando desde 1980 uma proximidade crescente com o Lula e, a partir de 1990, uma atuação aí profissionalizada com ele. Instituto Cidadania, na campanha de 1986 para deputado constituinte eu já fui lá de uma coordenação de campanha, estive na campanha de 1989 fazendo algumas atividades e, quando perdemos a eleição, o Lula em dezembro, antevéspera de Natal, surpreende a todos. Não tinha conversado com ninguém, mas dá uma entrevista falando que ia formar um governo paralelo. Então na campanha ele tinha viajado pela Europa, conheceu [inaudível] na Inglaterra, explicaram para ele como era, então ele... [riso] Então foi uma surpresa no PT, todo mundo: “O que é isso?” Mas então vamos nessa. Formamos o governo paralelo e eu fui uma espécie de secretário executivo, chefe de gabinete. Nós criávamos coordenadores de área, que não usavam o nome de ministros, mas tinha figuras. Cristovam Buarque...

D.P. – O próprio Agostinho participou, não é?

P.V. – Agostinho, Cristovam Buarque era o da educação. Na questão agrária toda era o Zé Gomes, o chefe. Aí estava o Agostinho, estava o Zé Graziano, Renato Maluf. Marilena Chauí era cultura, Paulo Sergio Pinheiro era cidadania, Marcio Thomaz Bastos era justiça. E a gente, quando o Lula formou o governo, a gente brincou muito de que começou lá aquela experiência. O governo paralelo, ele, claro, tem um desacerto estrutural, porque ele é muito adequado ao desenho parlamentarista, que a qualquer momento o voto de confiança pode derrubar e você tem que estar preparado, você tem que estar ali com tudo pronto, na saúde, na educação, porque se não, em um mês, você também se inviabiliza. No presidencialismo não é assim. Agora, também o Brasil foi para uma coisa que ninguém supunha em 1989, que era um impeachment tão rápido. Quando acabou o impeachment, nós constatamos que não tinha mais sentido manter governo paralelo, porque o Itamar reuniu três presidentes de partido – o Lula, o Quéricia e o Jereissati, do PSDB – e falou: “Vamos formar o governo com os três. Lula, você escolhe qual ministério você quer”. E eles dizendo: “Não, não posso, o PT já discutiu isso, a natureza do meu partido... Nós vamos te ajudar, você tem que fazer um governo de transição, excelente”. E ainda propõe notáveis. Uma hora ele vira: “Mas quais são os notáveis?” Notáveis são Adib Jatene, Dom Mauro Morelli e Barelli. Três que ele acabou chamando. Só que na hora que o PT resolveu não entrar, e eu não acho que devesse ter entrado, abriu o flanco para o PSDB entrar

e fazer o Fernando Henrique chanceler, depois ministro da fazenda e aí a ponte para o período PSDB. Mas a gente então faz o que? Acaba o governo paralelo e fecha? Não, porque aqueles dois anos tinham mostrado a riqueza e a figura do Zé Gomes, pai do José Graciano, é muito importante nisso, porque de todos ali ele era o único que vinha para a mesa na condição, assim, “já fui governo”. Ele foi secretário de agricultura do Montoro em São Paulo e foi presidente do Incra do Sarney. Então ali, em 1990, quando ele sentava, ele pegava a nossa cultura toda, que era propor tudo no papel, tudo no programa, ele vinha com o argumento – que hoje nós somos doutores – dos limites orçamentários, dos limites constitucionais. [risos] E foi o primeiro plano nacional de reforma agrária que a esquerda fez no Brasil. Plano, plano. Plano, você sabe, não é programa. Plano é plano. E foi um tripé: política agrária, prioridade para os pequenos produtores, política nacional de reforma agrária, plano nacional de reforma agrária e o terceiro era política nacional de segurança alimentar, de onde ia nascer o Fome Zero. Aí aqueles dois anos tinham mostrado, de qualquer maneira, que era indispensável seguir tendo um ambiente de elaboração pluri, elaboração em que não é mais só o PT. Até porque o PT já tinha, desde sempre, marcas do que ele é hoje. Os poderes internos de veto do arranjo condominial. “Não, mas aqui tem alguém da minha corrente”. Vamos ver se agora, nessa crise recente do PT, o PT vai entender que chegou a hora de se repensar, reinventar, o que seja, colocando de novo essas disputas internas em um plano secundário e não como o eixo, o centro da vida partidária. A pluralidade de atores... Você, então, ali recebia uma pessoa como o Zé Gomes, que era PMDB. Tinha vindo do Sarney, tinha vindo do Montoro, mas é isso. Governar não é governar só com aquela turma que tem um projeto mais definido. Um país para ser governado... E foi, foi, foi. E, por último, a experiência de dizer: “A nossa proposta para a educação e para a reforma agrária tem de caber na Constituição e tem de caber na lei”. A Constituição, ela era novíssima, tinha acabado de nascer. Era boa. Existe todo um mito de que o PT, não sei o que e tal. O PT, a gente votou contra a votação final, pela reforma agrária, que foi o único capítulo em que houve regresso, retrocesso. No resto, ela é esse negócio que ela é hoje, que a direita quer mexer e nós queremos manter. O PT assinou e se tratava de valorizar. Então começar a se pensar tudo com base na constitucionalidade, com base na realidade orçamentária. E em 1982 o PT ganhou a primeira prefeitura. Depois ganhou mais algumas, já tinha alguma experiência. Tinha a experiência que houve, desastrosa, como Fortaleza. A prefeita do PT, eleita em 1985...

D.P. – Maria Luíza.

P.V. – Maria Luíza Fontenele. Ela assume como muitas outras vezes... Inclusive, a minha cunhada, em São Joaquim da Barra, que foi prefeita por oito anos, depois de o meu irmão ter sido prefeito também. A minha cunhada pegou...

D.P. – É sua cunhada como? Por parte de...

P.V. – É casada com meu irmão. Ele foi prefeito quatro anos, depois passou.

D.P. – Em que cidade?

P.V. – São Joaquim da Barra, região de Ribeirão Preto. Ela fez o que aconteceu com muitos prefeitos petistas. Você toma posse dia primeiro de janeiro com uma greve de lixeiro há 10 dias. Porque o prefeito do PMDB, ou não sei de quem, não pagava, então o lixo em uma cidade qualquer, em uma cidade pequena... Então o que ela fez lá agora recentemente? Ela não tinha jeito, desesperada, ela foi lá na usina de açúcar da cidade, com o fazendeiro, que é um sujeito moderno, progressista, pediu ajuda para ele, ele botou 400 funcionários da usina para recolher o lixo rapidamente, até vir o primeiro dinheiro etc., tal. Pragmático, a coisa não ideológica, mantiveram boas relações. A Maria Luíza Fontenele pegou com greve de lixeiro e falou: “Não, o nosso papel não é administrar o capitalismo.” [riso] Se você deixa o lixo em Fortaleza mais 30 dias, não entende que o prefeito tem que ir lá e tem que tirar o lixo, a prefeita, você é escorraçado. Nós já tínhamos experiências que, lá no início do PT, a gente não tinha, de que: “Olha, a vida é feita disso. Eu tenho que achar um jeito de para essa greve de lixo logo, se não nós vamos ser expulsos em 30 dias.” E aí transformamos o governo paralelo em Instituto Cidadania, que hoje segue existindo com o nome Instituto Lula. O Instituto Cidadania, ele foi então o espaço, o lócus, de elaborar importantes projetos de políticas públicas nacionais. Então esse tripé plano nacional de reforma agrária, política agrícola – porque política agrícola é a primeira vez que a esquerda faz um documento. “Vem cá, então o que a gente faz? O que a gente falava antes? Nós vamos acabar com a produção de soja e de cana-de-açúcar.” Não, a produção de soja e de cana-de-açúcar acaba conosco muito antes de a gente acabar com eles. [riso] Então nós vamos fazer um modelo agrícola que vai ter lugar para esse agronegócio, mas vai ter lugar para a agricultura familiar, como combinar. Precisa de ter balança de exportação. O que está segurando um pouco o Brasil hoje é isso, a sua agricultura, não é? Além desses três, política agrícola, segurança alimentar, que deu o Fome Zero, e o [inaudível], também

trabalhamos educação – era um projeto menor, que o Cristovam Buarque coordenou, mas aí sem muita profundidade. O Chico Oliveira, desenvolvimento regional, com a sua experiência de Sudene, chefe de gabinete de Celso Furtado, então trazendo a experiência Nordeste, Pernambuco, a regionalidade brasileira. E mais tarde, mais perto de 2002, o Projeto Moradia, que concebeu, pela primeira vez, a questão de que há um tema reforma urbana tão importante quanto agrária, se não for mais. Um país que em 50 anos deslocou 80%-20%. Quem morava na cidade, fez isso em 50 anos. E a reforma urbana é essa encrenca que gera todo o problema até junho de 2013. É a explosão contra uma cidade impossível, contra serviços públicos impossíveis, a violência, o problema do Rio, o problema de São Paulo, de Salvador, de Recife. Ali propusemos o Ministério das Cidades, que existe hoje e fizemos segurança pública para o Brasil. A primeira vez que a esquerda... Eu lembro, o governo Arraes em Pernambuco, o último governo dele, a gente fez um dos nossos seminários, porque esses projetos nossos não eram feitos como é a tradição. Eu tenho que fazer um projeto de educação, eu recomendo a um centro de excelência como a FGV e a FGV reúne seus quadros e faz o projeto. Então a gente fez outra coisa. Nós vamos trazer pessoas da FGV, da PUC e da USP, mas vamos girar o Brasil. Vamos fazer seminário, vamos ouvir as pessoas. E essa experiência é muito rica, porque tem algumas percepções que vêm de uma fala ali de um favelado, de uma líder cortadora de cana, que é muito difícil o técnico da FGV, o profissional da PUC, da USP, trazer. Eu lembro dos seminários, um coronel da PM de Pernambuco [riso] ali na mesa conosco e a gente falou: “É a primeira vez que a gente senta com...”

A.S. – Isso já durante o governo Lula?

P.V. – Não. Antes. Preparação para o governo Lula. Quer dizer, o Lula tinha participado de várias eleições federais e a partir da última, 1998, se colocava. “Ele pode ganhar.” E a partir de 2000, que foi uma eleição municipal e que a Marta ganhou em São Paulo e foi a primeira eleição municipal em que o PT foi número um em votos absolutos. O que era um placar espetacular, porque o PT disputava eleição em mil municípios a menos do que o PMDB e, mesmo assim, o número um em número de eleitores nas eleições municipais foi o PT. Então era um sinal claro de que o vento bateu a favor do PT. Então na preparação para 2002 a gente acelerou 2000, 2001, 2002, completando esse programa de segurança pública para o Brasil, que é o esboço geral do SUSP, Sistema Único de Segurança Pública. Por que como era a segurança antes? Segurança no plano estadual. Então cabe aos estados resolverem. Então a

constatação de que: “Olha, os estados não resolvem mais.” E como é que é o modelo do SUSP? São recursos federais disponibilizados para governos estaduais que, voluntariamente, venham aderir. É voluntário. A Constituição dá total independência. Mas tem meio bilhão de reais se São Paulo quiser e São Paulo foi o último estado a aderir. [riso] Só aderiu naquele ataque do PCC de maio de 2006. Aí, ao aderir, pega esse dinheiro, mas se dispõe a um conjunto de regras que começa a incorporar um pouco de direitos humanos, cidadania, armas não letais, polícia ostensiva. Bom, tudo muito longe ainda de atingir um patamar razoável, mas já é uma direção. O depois da gestão do Márcio Thomaz Bastos, o Tarso Genro transformou em Pronasci, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Aí a gente vinha aqui para discutir com o pessoal, com o Julita, com Sílvia, com o pessoal da... Os grupos que tem aqui. O próprio Luiz Eduardo Soares foi um dos quatro coordenadores desse projeto do Lula. Era ele, o Roberto Aguiar, filósofo da UNB, que foi secretário de segurança pública do governador Cristovam Buarque do PT. O Mariano, que foi o primeiro ouvidor de polícia lá em São Paulo, ligado a Dom Paulo Evaristo Arns, igreja católica, Osasco; Luiz Eduardo e o Biscaia, que despontou aqui como aquela figura do Ministério Público, destemida. E os quatro coordenaram o processo que colocou moradia... E depois que o Lula ganhou a eleição, eu pedi para o Lula para não ir para Brasília, por inúmeras razões e, entre elas, a ideia de manter o instituto, que alguns projetos precisavam ser feitos ainda. Juventude, que nós fizemos em 2003 e 2004. Aí criamos também uma coordenação, a Regina Novaes foi uma pessoa chave nesse processo. E ouvimos também, em uma espécie de caravana pelo Brasil, todas as regiões. Juntar as juventudes, plural que ela insiste muito em usar e foi interessantíssimo. Eu, lá em São Paulo, coordenava plenárias quinzenais em que vinha o presidente da UNE e vinha cara do hip hop. Eu lembro de uma belíssima, que foi o presidente da UNE, Gustavo Petta, que é um grande figura, falando assim: “A União Nacional dos Estudantes é a mais importante organização da juventude brasileira.” E aí o cara lá da cidade de Tiradentes fala assim para ele: “Oh, bacana, você falou que a UNE... Por quê?” Aí ele percebeu que a primeira vez que alguém faz essa pergunta para ele. Por quê? Ele falou: “Não, porque a história, porque no Estado Novo, porque em 1968, porque o Honestino Guimarães.” Daí o cara fala: “Oh, bacana, eu não sei o que é a UNE, eu estou sabendo hoje e se você sair por aí e perguntar o que é UNE, ninguém vai saber também.” [risos] Então, opa. Então vamos fazer. E aí, no primeiro semestre de 2004, nós levamos esse projeto ao presidente Lula. Fizemos lá a foto, os livros e ele transformou isso, em grande parte, em uma política nacional de juventude, em uma Secretaria Nacional de

Juventude. Aí foi o meu trabalho até que, em dezembro de 2005, ele me chamou para assumir lá direitos humanos, que é uma outra etapa.

D.P. – Pois é, eu ia até perguntar. Nesse processo todo está acontecendo de você estar lá, ainda vai retomando um pouco o governo paralelo, sua atuação junto ao Instituto da Cidadania. Do lado de cá, a sociedade civil, um grupo reduzido, lutando aí pelos direitos humanos dos ex-presos. [Inaudível] vem à tona, grupo de tortura se constituindo, Tortura Nunca Mais, Comissão de Mortos e Desaparecidos. Porque depois você vai ser uma pessoa chave nesse processo todo que a gente vai entrar agora. Mas eu só queria lhe fazer uma pergunta. Isso, essa agenda, te tocava nesse momento como ex-presos, mas também como um militante? Ou ela estava passando um pouco ao largo? Porque passa ao largo de várias outras pessoas. Eu sei que depois você vai abraçar a causa. Eu lembro muito da sua frase linda, quando você diz assim... Quando você assume a Secretaria Nacional, que você diz: “Só tem sentido eu estar nesse cargo se eu conseguir levar a cabo essa luta, que é a nossa luta por essa revisão toda desse processo e estabelecer uma Comissão da Verdade. Se não, eu vou embora.” [risos] Eu lembro de você falando isso: “Só fico aqui por isso.” Então eu queria saber. Essa agenda já era uma preocupação sua ou não?

P.V. – Não, era sim, claro. Agora, veja bem, não só era agenda, como o meu trabalho com o “Brasil: nunca mais”, que era um trabalho sigiloso, cinco anos... Mas entenda que são cinco anos, a partir do terceiro mês com uma luva cirúrgica, porque a mão já tinha estourado toda com o produto químico do xerox, que era muito pior do que os atuais. Era um pó. A gente trabalhava com máscara, trabalhava oito horas por dia. Em um certo momento, a gente falou: “Vamos reduzir para seis, porque ninguém aguenta.” Lendo o que? Tortura. E isso gera uma situação em que eu estou sabendo de tudo que está rolando, até porque o Luiz Eduardo Greenhalgh era um dos coordenadores do projeto e era uma das pessoas presentes em todos esses grandes momentos aí da vara de [inaudível] etc. e tal. Não está presente hoje porque se afastou um pouco mas, naquela época, era uma figura central. O Comitê Brasileiro de Anistia, etc. Então ele era um pouco esse link. Então eu não estava presente, digamos assim. “Vai ter uma reunião e tal.” Então há um grupo de pessoas, a Amelinha, o Ivan Seixas, que são os militantes. Eu estou sabendo, estou vivendo junto, mas estou fazendo uma outra coisa e para fazer... Como você sabe, o “Brasil: nunca mais”, ele teve três mudanças que a gente fez à meia-noite, porque apareciam indícios claros de que houve um problema de vazamento. Paranóia ou

não, a gente pegava o caminhão da Lusitana, juntava e mudava para um lugar que a gente improvisava. Em uma das vezes, a gente tinha desconfiança de que um dos pesquisadores tinha lá alguma coisa com a aeronáutica. Então, a gente de manhã, ficou alguém de plantão para dizer: “Olha, o processo terminou, não vai ter mais. Então vamos pagar aqui o troço, mas não sei o que.” E era mentira, não é? Reduzimos para tocar. No final a gente trouxe, inclusive, o Cândido, de Recife. Ele era coordenador do serviço de informática do Hospital das Clínicas.

D.P. – Cândido Pinto que foi ex-presidente da UEB. Ele foi baleado.

V.P. – Ele sofreu um atentado da direita, ele era presidente do DCL. Morreu já e em 1968, quando eu vim para São Paulo, eu trabalhava em uma empresinha que tinha que levar todo final de dia um material para a computação. E computador era um aparelho maior do que essa sala, bem na Praça Patriarca. Tinha uns três ou quatro em São Paulo, [riso] que picava o cartão de maneira que... E não era essa maravilha chamada PC. E o Cândido foi o cara que coordenava esse serviço de informática no HC, que é um gigantesco complexo hospitalar e ele que nos trouxe então toda a ideia de que isso aqui tudo hoje já é possível quantificar, porque a gente tinha um grande questionário qualitativo.

A.S. – Vocês iam lendo os processos e preenchendo esse questionário.

P.V. – E respondendo um instrumento principal que a gente chamava, que era um questionário, assim, de umas oito páginas, muito centrado na questão judiciária, [inaudível]. Recebimento da denúncia, bases, tipificação. Recursos no superior, recurso no Supremo, tudo. E a gente foi percebendo que aquilo era relativamente secundário na hora em que pegava os depoimentos de pessoas como você e via lá a denúncia da tortura. Com o nome de torturador, com o dia, com data, com hora com local. Então a gente foi deslocando e aí chegou uma hora que precisava quantificar e a gente não sabia como a nascente informática nos ajudou via Cândido Pinto. Foi uma alegria trabalhar com ele também.

D.P. – Você sabe que eu fui amicíssima do Cândido, não é?

P.V. – Você foi?

D.P. – Ele morou na minha casa.

P.V. – Ah, que legal. Que legal.

D.P. – Ele é uma pessoa muito pouco reconhecida. [inaudível] nordeste. Foi a grande liderança lá, em Pernambuco. Ele foi presidente da União do Estado de Pernambuco.

P.V. – Do DCE, não é?

D.P. – Não, da UEE.

P.V. – Da UEE.

D.P. – Da UEE. Em 1968. Baleado, nossa. E hoje pouco conhecido.

P.V. – Morreu já.

D.P. – Morreu.

P.V. – Então essa história do encontro com essa questão, vai se dar nesse momento. Aí você sabe, Dulce, eu já te contei. Não sei se te contei, mas quando o Lula em 2002... Aí, na campanha de 2002, eu fui secretário executivo da coordenação. Aí era diferente. Eu era o pivô entre o Lula, o Zé Dirceu, o Palocci. Eles estavam voando e eu fazia ali, eu tinha um papel muito expressivo. E aí o Lula vira para mim um dia: “Quando é que você vai para Brasília?” Eu falei: “Não, [inaudível]”. “Não, você vai, você vai ser meu assessor lá no gabinete, não sei o que e tal. Nós vamos discutir no final do dia, tomar cerveja para ver as coisas”. Eu falei: “Olha, presidente, se for para ir, eu vou. Mas eu, se tiver espaço para não ir, eu prefiro não ir, por causa disso, disso, disso...” Uma mistura de argumentos. Desde questão familiar, filhinha pequena, minha mulher, naquele momento, com a questão de saúde preocupante, que depois não se confirmou, salarial, minha ida para Brasília me levou a ganhar metade do que eu ganhava e a torrar em cinco anos uma poupança que eu tinha de cento e poucos mil reais, que foi para zero, com toda essa ideia de que quem trabalha no governo ganha dinheiro etc., tal. Mas, sobretudo, vocacional. Eu tinha a percepção nítida de que não é a minha coisa. E isso eu aprendi na minha vida, na cadeia, de saber quem eu sou, o que eu quero, o que eu posso, o que não posso e tal. E aí o Lula insistiu muito, era um ano especial, 2005, o ano em que se geral o fato Mensalão. Roberto Jefferson, CPI, o Zé Dirceu...

D.P. – De 2002 até 2005 você resistiu e ficou em São Paulo.

P.V. – Não, não, não. Não fui convidado. Ah, quando eu falei para ele que eu queria ficar para cuidar do instituto, para tocar o Projeto Juventude, que ele falava há anos e continua falando. Hoje ele se reúne com o Juventude. Eu quase cancelei minha vinda de novo. [risos] Porque quando eu vi na agenda, eu falei: “Putá, mas Juventude eu mudei.” Acho que é a 10ª reunião que ele faz, desde junho de 2013, para chamar a juventude para entender melhor. E a ideia de hoje era magnífica, porque ele foi para o encontro do PT em Belo Horizonte, eu fui com ele. Foi feito um discurso muito bom. Eu não fiz o discurso.

D.P. – Isso foi quando? Essa semana?

P.V. – Faz duas semanas. No aniversário do PT, 25 de fevereiro. Foi em Belo Horizonte. Trinta e cinco anos. E lá uma das frases de impacto do que eles chamam... Vale a pena, pega na internet esse discurso. Uma das falas diz assim: “Se é chegada a hora do PT escrever um novo manifesto”. Que é uma maneira de dizer: “Olha, nós temos que pegar os documentos básicos e atualizar à luz de tudo que aconteceu em 35 anos”. E ele falou: “Não, agora eu vou chamar a juventude. Nós vamos ler o manifesto do PT e perguntar para eles: ‘O que vocês acham desse manifesto? Se mantém? O que deve ser mudado?’” Sabe, assim? Começar a fazer esse exercício. E com um ser desconhecido, porque o sindicalista o Lula conhece, sabe bem. O político ele sabe, o empresário ele sabe. Mas o jovem, os jovens, aí é difícil. Nas primeiras reuniões... Fica entre nós aqui. [riso] Muito respeitosa, mas uns 30 jovens, mais ou menos, de diferentes [inaudível], de diferentes juventudes, teve assim... O do PT, o da CUT, o da UNE e o do MST, os quatro jovens, coordenadores de juventudes dessas organizações, eles tinham um discurso parecido, em dissonância com os outros 26. Era assim: “Nós temos que ir para as ruas dar direção para esses movimentos”. O pessoal falava: “Oh, cara, você não está entendendo o que está acontecendo. Esse movimento é de gente que não quer direção, quer fazer política agora de outro jeito. Se quisesse uma direção, ele ia para a UNE, ele ia para a CUT”. Sabe, assim, essa coisa da percepção? E o Lula saca isso. O diálogo do Lula com o Pablo Capilé, ele fala assim: “Capilé, a primeira vez que você conversou comigo, cara, quase que eu chamei o intérprete aqui, que eu não entendia nada do que você falava”. [riso] A língua mesmo, os termos. Bom, então o Lula se emocionou quando eu falei para ele. Ele se emocionou. Ele falou: “Olha, Paulo, você é a primeira pessoa que me pede para não ir”. O que é verdade. Eu assisti reuniões que são condenáveis. A ideia de que agora não há salvação fora do governo. E o PT? E o governo sindical? E o trabalho de base? Nós vamos ser governo federal e não vai ter nem

meia dúzia de quadros que vão ficar fora para tentar cuidar desse outro lado? Então a percepção que faltou. Faltou. Eu vi gente assim: “Não, então você vai ser presidente do PT.” Presidente nacional do PT. Depois falou: “Não, não. Não quero, não posso.” Ou seja, queria ser ministro e achava... Foi um problema importante desse momento. Um partido que tinha condições, ele tinha princípios para impedir isso. Para fazer uma discussão... Não, vamos agora discutir quem não vai para o governo, para continuar no partido. Quem não vai para o governo para continuar no movimento social. Sabe, assim? Porque nós não acreditamos que a transformação é feita só pelo governo. E na prática a dificuldade de hoje, 2015, é muito essa, de que ao final de 12 anos de governo e quase sempre só governo, você tem que reinventar mesmo a maneira de existir, de fazer, como. Então aí ele se emocionou, gostou, me convidava para ir a Brasília, realmente, para conversar. Fez uma viagem em dezembro de 2003 para países árabes.

A.S. – A gente precisa trocar a fita.

P.V. – Está bom.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2216_paulo_vannuchi_2015-03-05_01]

A.S. – Paulo, você estava mencionando o seu pedido ao Lula de não ir para Brasília, continuar em São Paulo. Mas, antes disso, só para a gente começar a falar depois sobre a sua nomeação como secretário nacional em direitos humanos, ao longo dessas décadas, 1980, 1990 e o início dos anos 2000, você mencionou algumas experiências que envolvem a sua participação no PT, como a própria constituição do PT, a constituição do governo paralelo, mencionou alguns temas que constituíam a agenda, por exemplo, do governo paralelo, posteriormente do Instituto Cidadania e a minha pergunta é: ao longo desses anos vocês discutiam, por exemplo, políticas voltadas para apurar violações aos direitos humanos durante a ditadura, ou esse tema não se constituía como um tema presente nessas experiências?

P.V. – É, não foi uma sintonia fácil. Eu me lembro dos momentos de constituição do PT. O Greenhalg como advogado de presos políticos, advogado do Lula, aquela coisa de prisão, 1980 e, ao mesmo tempo, sendo um articulador do CBA, Comitê Brasileiro de Anistia, muitas vezes a ideia de incluir fortemente na articulação PT, CUT e a luta da Anistia, não era uma coisa fácil. Acabava entrando, então não predominou uma ideia de exclusão, mas vamos lembrar que também o período é um período em que o Lula faz declarações de que o papel do estudante é

estudar. Tem toda uma dinâmica da percepção política das pessoas, dessas lideranças. O tema esteve presente sempre e, de fato, olhando agora para trás, eu, como ministro, lançamos um projeto que, felizmente, segue adiante, muito mais pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do que pela Secretaria de Direitos Humanos, que depois da nossa gestão, por alguma razão, não levou com vigor um processo de ficar, através de pequenos atos, inaugurar uma placa na OAB do Rio em homenagem à Lyda Monteiro, ao David Capistrano na Assembleia Legislativa de Recife, onde ele foi constituinte estadual no pós guerra. Mário Alves, aqui na ABI. E nós lançamos programinha, uma pessoa, duas no máximo, chamava “Direito à memória e à verdade” e terminamos. Até fiz um caderninho com 26 monumentos desses. Alguns bem grandes, em praça pública, Apucarana, no Paraná, é um belo monumento. Outros como o Edson Luiz, que tem aqui no Rio, que agora está se discutindo refazer. Ali perto do lugar onde ele foi morto em 1968. E um desses eu fui lá no sindicato dos metalúrgicos do ABC, que eu não mencionei, mas onde eu trabalhei, trabalho, desde 1985 na formação política e depois na assessoria política, análise política etc. Então são 30 anos de trajetória também aí. E aí foi um convite do próprio Lula. “Olha, você precisa de ir para o sindicato cuidar da formação”. E lá no sindicato... Ele era sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, com duas sedes grandes. O nome hoje é Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Em Diadema eu, como ministro, fui lá e inauguramos uma placa que está na entrada do sindicato. Um acrílico com quatro metalúrgicos de lá que foram mortos na luta contra a ditadura. Três são irmãos. Os irmãos Carvalho. Devanir José de Carvalho e mais dois irmãos. E outro é do mesmo grupo político, Aderval Alves Coqueiro, que foi um dos primeiros banidos, o primeiro banido que voltou ao Brasil. Foi morto aqui no Rio assim que voltou. Provavelmente por conta dessas infiltrações que hoje estamos sabendo. E no ato, que foi um ato muito bonito, com a família presente, eu me dei conta de que, olha, esse tipo de ato a gente podia ter feito 10 anos atrás aqui. Não precisava ter... Governo Lula, não é? Então houve algum problema sim de uma memória desconstruída, desconectada e que, felizmente, hoje avançamos. Quer dizer, a Comissão da Verdade, ela criou uma área de trabalho sobre a questão do sindicato dos trabalhadores, continua ativa, está fazendo eventos em São Paulo, eventos em outros lugares. Entrou na pauta. Mas eu acho que a sua pergunta registra mesmo um divórcio que teve. Não foi uma questão... Tanto é que, quando o Lula me chama em dezembro de 2005 e tem a questão dois dias antes, um dia antes, me ligam de Brasília. O ministro Luiz Dulci me liga e fala: “Paulinho, é o seguinte, nós estamos aqui discutindo direitos humanos”. Porque para enfrentar a crise de 2005

e sempre como parte daquelas tentativas de convencer o adversário, no caso um adversário chamado Rede Globo, alguns ali dos grandes gurus políticos do governo vai conversar com a poderosa família Marinho e colhe lá uma sugestão de que como sinal da boa vontade, reduzir os ministérios. Muitos ministérios. Esse discurso do Aécio agora, da direita brasileira. Bom, se for reduzir ministério, [riso] quais serão os primeiros a serem reduzidos? Igualdade racial, da mulher e direitos humanos. Se sabe qual é a discussão. E o Lula, explicitamente, quando me convidou, falou: “Fizemos uma besteira”. Tínhamos tirado o status ministerial da Secretária de Igualdade Racial, da mulher. Só que as demais foram para a reação na hora e seguraram. E direitos humanos estava, mais ou menos, com acefalia porque Nilmário Miranda, o ministro, tinha ido para Minas, para ser candidato a governador pelo PT de Minas. Então direitos humanos perdeu status ministerial, a Secom também, que o [inaudível] saiu, mais alguma, e passou a ser parte da Secretaria Geral. Por isso que o ministro, secretário geral, Luiz Dulci me ligava. E foram os cinco meses em que o ministro Luiz Dulci entendeu que não ia levar adiante as atividades, porque tinha sido um erro político e precisava corrigir o erro. Porque a própria bancada do PT, imediatamente, inicia o processo legislativo pela deputada Eline Lopes de restaurar o caráter de ministério. Então houve cinco meses de paralisia e, quando o Lula me chama para isso... Falando: “Nós vamos assinar agora a retomada do corte ministerial e o Lula quer te convidar para isso etc. tal”. Eu fui falar com o Lula. Ele me ligou, chamou e eu falei: “Olha, presidente, eu vou sair daqui feliz de qualquer maneira. Eu vou sair mais feliz se eu conseguir convencer de que eu não devo vir porque...” Agora ele estava com outro projeto lindíssimo lá. Política nacional de apoio ao desenvolvimento local, que é o tema da regionalidade, mas com o Milton Santos, circuito inferior, circuito superior. As experiências europeias em que o pequeno foi... E que no Brasil precisava... O Bolsa Família precisava dar lugar a um circuito novo de economia que coexistisse com o circuito business. Isso era democrático e tal. “E eu quero continuar por razões familiares. Agora, também se eu tiver que assumir, eu vou assumir com muita honra, porque entendo que é uma grande honra trabalhar com o senhor.” Porque agora, presidente, a gente passava a chamar de senhor. E aí ele desarmou, não é? Desarmou. Ele falou: “Então, Paulinho, eu quero que você venha.” Eu levei uma lista de nomes. Leonardo Boff, Marilena Chauí, um monte de gente. Dalmo Dallari, Fábio Comparato. E ele falou: “Não, isso aqui, não sei o que, eu quero que você venha.” E aí ele fala: “Eu não estou satisfeito com a questão dos mortos e desaparecidos. Eu já cancelei duas reuniões com [inaudível].”

D.P. – Ele fala isso?

P.V. – É. E foi o decisivo, porque se não eu ia... Aí ele falou: “Eu não estou satisfeito. Eu falei com o Zé Dirceu, falei com o Nelmar. Eu não sei o que acontece.” E para dizer que eu nunca tinha feito nada antes, eu tinha conversado com meu amigo Zé Dirceu. O todo poderoso Zé Dirceu. “Não vai pegar esse negócio? Como é que é? Governo Lula. Fernando Henrique deu passos e até agora nada?” “Não, vamos ver, e tal.” Mas aquela coisa de quem está com prioridades e, lamentavelmente, naquele momento, o desgaste era crescente. Era grande e crescente, inclusive pelo cancelamento de duas reuniões com passagens emitidas. Porque essas reuniões, o governo manda algumas passagens, outras pessoas compram. Gente que não tem dinheiro para comprar. Então era uma coisa que estava no limite. Ele vira e me coloca assim: “Eu confio muito na sua capacidade de pegar esse tema. Eu quero me reunir com as famílias. Vamos trabalhar para localizar os corpos, vamos entregar os corpos para as famílias.” Então ele colocou esse tema. Não é coisa de direitos humanos, criança e adolescente.

D.P. – Paulinho, até para entender uma coisa. Na sua percepção, por que o Lula coloca esse tema? Por que não é um tema dele. Você acha que os familiares tinham entrado de sola? Eu sei que eles tiveram papéis super ativos. Por que ele diz isso para você?

P.V. – Eu tenho a impressão que é como opera na cabeça de cada um de nós, na do Lula também, as suas divisões. Nós temos divisões. O Lula, ele terá momentos em que ele vai ter que sentar com o adversário capitalista e fazer coisas que ele não gostaria de fazer pela sua índole, alma, história de vida. E vão ter aqueles momentos da emoção, de que: “Não, aqui eu estou com a minha raiz.” Então esse foi o momento em que eu não sei como foi bem a discussão anterior, mas Nilmário e Luiz Dulci e mais alguém, levantaram a possibilidade. E aí quando pegavam: “Mas por que o Paulo Vanucchi?” O elemento de currículo forte era “Brasil: nunca mais”. É o cara que trabalhou no “Brasil: nunca mais”. E o Lula falou: “É um cara de confiança, foi preso político, tem ligações com a Igreja.”

D.P. – Mas a minha pergunta é a seguinte: por que você acha que o Lula se tocou tanto nisso, que não era...

P.V. – Porque o Lula tem a percepção. O Lula tem essa percepção de ver as coisas que estão indo bem, que não estão. Onde que está andando? Aqui está andando, aqui não está, aqui está

aparado, por que, não sei o que, e tal. Então quando ele faz essa... E foi muito firme. Esse tema foi o pouco que me inspirou a ter... “Espera aí. Aí não.” Agora eu quero dizer também nesse depoimento importante que, se eu pudesse, eu não pegaria. Por quê? Porque eu fiquei cinco anos preso e mais cinco anos estudando a tortura de novo. Então, nas nossas ambigüidades, eu estabeleci assim: essa luta é importante, é fundamental. Agora, eu quero viver. Eu não quero passar o resto da minha vida assentado na prisão como alguns dos militantes, ou muitos, ou muitas. No dia que essa luta se resolver de alguma forma, a vida acaba para essas pessoas. Porque estruturaram a vida de tal maneira só em torno disso. Têm direito. Têm todo o direito e eu acho meritório. Acho heróico. Agora, eu tenho o direito de querer pensar futuro. Então todo esse passado para mim é importante, mas a minha natureza não é de ficar com a história do meu 18 de fevereiro de 1971, aqueles 10 dias que abalaram o meu mundo. Eu quero transformar isso tudo em força criativa, energia, em conceber, em inventar. Então isso é muito forte na minha pessoa. Muito forte. Eu falei: “Não, eu fiquei cinco anos na cadeia e trabalhei mais cinco. Está bom.” Então eu ia de vez em quando nos eventos. Eu não era o militante de todo dia. Mas na hora que o Lula coloca isso para mim, é aquela questão de: “Quem você é? Qual é a sua vida?” E aí não tem dúvida. Eu voltei e falei: “Não, então vamos pegar.” E claro, conhecendo o Lula bem como eu conhecia, eu sabia que a cabeça dele nesse terreno não é a minha. O Lula já terá dito em declarações que ele via os cartazes de terroristas assassinos procurados e ele falava: “São terroristas assassinos mesmo. Se eu ver um desses aí, eu sou capaz de denunciar.” Porque ele era um metalúrgico em um período de milagre econômico, pleno emprego, tinha até um irmão comunista, mas tinha a mentalidade daquele jovem que está trabalhando como torneiro mecânico, um bom salário operário, esse é um Brasil que vai para a frente. Os últimos anos antes dele entrar na vida sindical, que aí foi uma outra mudança. E também a característica das mais importantes do Lula, que pouca gente conhecia. Porque conheciam só o Lula extremado e radical, como o ódio da direita até hoje só vê isso. Agora, o Lula é um extraordinário moderador. É um extraordinário intermediador. A natureza dele, desde sempre, é muito essa. Ele, quando senta com o adversário, ele é capaz de criar um diálogo. Então a química dele com o Bush. Rolou muito mais do que com o Obama. Por quê? Aquela coisa de que entra em uma ligação pessoal. “Não, esse cara é o oposto meu.” Mas você consegue. E isso é uma coisa de alteridade, de reconhecer o outro como outro. Ele tem direito de ser quem ele é, de pensar dele. Agora, nós divergimos. Com o Obama é mais difícil, porque é mais parecido, aí você espera dele algo que ele não faz, como a sacanagem que o Obama fez lá no episódio do

Irã, que ele pediu para o Lula fazer aquela operação. Ele foi e, no meio da operação, tirou a escada e hoje está fazendo uma discussão com o Irã que faz muito mais concessão do que aquela. Para não deixar o Brasil virar esse player que viraria se ele voltasse de lá com acordo nuclear do Irã. O Brasil consegue acordo aproximando Estados Unidos e Irã. Seria o Lula mais forte mundialmente e tal. Foi 21 de dezembro a minha posse. Ele fez um discurso muito, muito, muito forte. Me tocou muito, profundamente, e eu senti que a minha chegada lá representava para ele também, logo depois do Luiz Marinho, que ele tinha puxado para o ministério, um núcleo de pessoas com quem eu convivo há mais tempo, que tem mais identidade pessoal para enfrentar aquela realidade especial daquele momento de ataque, que ele só reverteu em 2006. Nós estamos no final de 2005. E aí, eu, de 21 de dezembro, que eu tomei posse, o discurso dele... “Paulinho, eu só tenho um pedido para você.” Ele usou Paulinho também. “Continue sendo quem você é. Se você continuar sendo quem você é, vai dar certo. Você vai ser o melhor.” Fez lá um elogio. O período de Natal tudo pára, então eu fiquei umas duas semanas visitando pessoas que eu listei para aconselhamento. Fui falar com o Nilmário, fui falar com algumas pessoas de governo e fui falar com o Dom Claudio Hummes, que era arcebispo de São Paulo; fui a Mariana falar com Dom Luciano, fui falar com a Margarida Genevois, fui falar com o Elio Gaspari. O Elio Gaspari eu quero registrar nesse depoimento com enorme respeito que tenho pelo pesquisador, pelo jornalista. Eu pedi um encontro, fui no escritório dele ali em Pamplona, em São Paulo, e ele, quando percebeu que o meu pedido de aconselhamento para ele era porque eu queria trabalhar esse tema, ele falou: “Você não faça isso. Você não faça, porque o Lula já encerrou esse capítulo. Ele não quer trabalhar. Você não tem direito de fazer. Se você for fazer, é uma fraude.” Como assim? Fiquei quieto, fiquei na minha, mas não pode. Um jornalista, um pesquisador como ele, ter esse diagnóstico de que o assunto estava encerrado. Como? Um assunto nunca se encerra. Sempre alguém pode chegar lá e virar um botão. Tinha ali um cara que o procurou com uma atitude muito humilde de ouvir de um jornalista especialista por onde eu deveria trabalhar esse tema e tive esse tipo de reação do Elio Gaspari. “Não faça isso. O Lula não quer mexer nesse tema, já decidiu e você não tem direito. Vai ser uma fraude.”

A.S. – E a partir de que indícios ele chegou a essa conclusão?

P.V. – Pelos dois anos em que tinha acontecido um marasmo. A expectativa de o que o Lula vai fazer com esse tema. Rolou 2003, rolou 2004, 2005. Três anos. Então é como se dissesse: “Acabou. É final de governo, não vai fazer.”

D.P. – Por que era último ano do Lula, não é?

P.V. – Seria. Dois mil e seis seria. Então eu falei: “Não, acho que eu vou tentar ver o que dá para fazer. Eu sei que não dá para fazer grandes coisas, mas em um ano dá para fazer muita coisa.” E o Paulo Sérgio Pinheiro, que era meu amigo desde que ele era ministro do governo paralelo e a gente tinha uma outra relação pessoal também, pelo filho. André foi colega do meu filho Camilo, quando eles tinham um ano de idade, na escolinha, uma escolinha [inaudível], que existiu pouco tempo e que a gente fazia reunião sentado nas almofadas no chão dos pais, de vez em quando. E eu conheci o Paulo Sérgio também por esse canal. E ele era membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, quando eu fui me aconselhar com ele, ele vai dizer duas, três coisas e ele fala: “Você deve trabalhar pela Comissão Nacional da Verdade.” Que era um assunto que não existia no Brasil. Daí eu falei: “Mas o que é a Comissão Nacional da Verdade?” Aí ele começou a me contar. Hoje tem quarenta e tantos, na época tinha umas 20. “A OEA trabalha, propõe, a ONU trabalha, na África tem duas, na Guatemala foi o mandato da ONU. É uma coisa que você cria, etc.” Então foi assim que eu fui apresentado ao conceito de comissão nacional da verdade. E aí fui me informar, conversei mais com ele. Então tinha isso. Quando eu, no governo, então, fevereiro, tenho lá um pequeno plano de trabalho para um ano, e o combinado meu com o Lula era esse. Eu falei: “Eu vou ficar um ano, você vai se reeleger, mas eu fico só aqui e tal.” E foi o meu acerto familiar também. Casa, tal. Aí quando eu sento com o Lula para apresentar o meu plano de trabalho – e aí é um plano geral, com criança e adolescente, com pessoas deficientes, com idosos, programa de proteção à testemunha –, cada uma das áreas e chega nesse tema ele me dá uma orientação clara. Repetiu o que ele tinha dito em dezembro e falou: “Vamos procurar os corpos, vamos achar os corpos, vamos abrir todos os arquivos. Vamos abrir todos os arquivos. Vamos abrir todos os arquivos. Agora, punição é com o Judiciário.” O que, de mais a mais, é uma coisa óbvia. Tem até exceções como a Argentina, na alta polaridade de sempre da Argentina, o governo Nestor e menos Cristina faz um protagonismo. O governo abre os processos. O que não é bom. Era melhor se o Judiciário da Argentina tivesse abrido os processos. Agora, claro, vamos tirar o chapéu para o sucesso do enfrentamento dos torturadores na Argentina. Mas quando ele fala: “Punição é com o

Judiciário”; ele está com a mais correta teoria democrática, teoria constitucionalista dos poderes republicanos. Então vamos fazer o nosso trabalho, tem um órgão que não é nem Judiciário, chamado Ministério Público, a quem compete sensibilizar. Uma das mais extraordinárias mudanças, avanço, é o Ministério Público. Porque eu fui procurar o Ministério Público e ficava sabendo de duas, três pessoas, como a Ela Wiecko, que tinham lá... Mas agora tem núcleo estruturado. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão tem um núcleo que se reúne e que agora o procurador geral da república, o Janot, o homem da lista de Janot, esse homem já disse que não aceita a interpretação do Supremo de abril de 2010, que protege os torturadores. Então isso mudou. Bom, eu, quando vou a campo, eu sou movido pela seguinte ideia: é uma ideia elementar da política também, mas pouca gente sabe, se lembra, desse elementar. Cá entre nós, Dulce, eu lembro, assim, de citar, em uma passagem do Galileu Galilei, do Brecht, naquela montagem do Zé Celso. Você deve ter visto. O Galileu está discutindo com os seminaristas. O que ele faz? “Eu vou para fogueira ou eu recuo da minha crença de que a terra se move.” É muito interessante. Você sabe que na peça “eu renuncio a minha crença de que a Terra se move em torno do sol e tal.” Mas ele, um dos seminaristas pergunta: “Mas sendo a verdade a verdade, ela não vai acabar se impondo?” E ele responde: “Não, não e não. Da verdade só vai passar o que a gente fizer passar. A vitória da verdade vai ser sempre a vitória das pessoas verdadeiras.” Aí depende da tradução do alemão, não é? Então essa coisa de que há uma verdade das vítimas, dos familiares, que nunca conseguiu passar e ainda não passa hoje com facilidade pelo crivo da encrenca e da magia democrática. É preciso transformar isso em vontade de majorias, de opinião da sociedade. Porque o pequeno grupo, ele se movia pelo seu desprendimento generoso e heróico e a certeza de que é preciso fazer justiça, mas se você for 100 pessoas e 200 pessoas no Brasil, você não tem a menor chance. Isso vai ter que ser lei. Isso vai ter que ser mobilizado. Então a ideia Marx... “A arma da crítica não pode substituir a crítica pelas armas, o pensamento se transforma em poder material quando se apodera das massas.” Então aquilo tinha que sair do gueto. A luta tinha que ser uma luta que ia para a universidade, para o meio judicial, para o Ministério Público. E quando eu tentava convencer os militantes, as militantes heróicas da história desse desafio, havia dificuldade. “Não, mas é obrigação do Lula fazer isso. Nós votamos nele para isso. Ele tem que fazer.” “Está bom, mas ele vai ter que convencer outros ministros dele.” “Ah, mas não sei o que.” Então aquela coisa em que a tua convicção de justiça é tão profunda, que ela pode virar asfixiante. O meu trabalho foi esse. Entender assim: primeiro, eu sou uma pessoa que tenho

uma profunda história de vida com esse tema. Não apenas pela minha história pessoal. Porque a solda da minha vida com essa história, ela se deu na morte do Alexandre. Porque quando o meu primo, da minha idade, a gente cresceu junto, a pessoa que eu fui lá tentar recrutar para a ALN, não consegui, depois ele veio por outros caminhos, ele é morto na tortura daquele jeito, para mim está claro. Eu tinha 23 anos. O Alexandre, em grande parte, entrou nesse negócio por causa de mim. Veio me visitar em dezembro contra a minha vontade na prisão. Eu falei: “Não vem, porque é perigoso, é problemático e tal.” Então eu tinha esse vínculo, que era inamovível, mas eu tinha uma teoria democrática revigorada, porque eu fiquei sete anos estudando teoria democrática depois do Muro de Berlim. Eu falei: “Não, eu preciso repensar.” E eu fui reler todo o meu marxismo na condição de uma pessoa que não é da primeira safra. A primeira safra, eu fui ler o Marx para conhecer a verdade revelada. Não tinha dúvida de que era a verdade. Como qualquer catequese. E agora não. Já tinha acontecido o Muro de Berlim, a União Soviética desapareceu, então as nossas certezas todas estavam questionadas e eu achei o Norberto Bobbio, para fazer com o Bobbio uma rediscussão de tudo. Mantive a estrutura fundamental das ideias marxistas no meu pensamento, mas me abri para primeiro acabar com qualquer dogmatismo, verdade absoluta, fim da história. Não tem nada disso. E, nesse sentido, a teoria democrática me pega muito. No sentido de que não basta ter a convicção de justiça. Vamos transformar. Então o que eu vou fazer? Vamos primeiro fazer o lançamento de um livro que oficialize, pelo Estado brasileiro, aproveitando a minha chance de ser um ministro e, possivelmente, um outro ministro do PT não tivesse condição de fazer. Por quê? Porque tinha uma história de vida que não era a minha e o meu vínculo com o Lula, em que sempre vai ter gente no palácio, até um de farda e general que vai dizer: “Não, faça isso, não vá nesse evento.” No dia do lançamento do livro “Direito à memória e à verdade”, ele falou: “Paulo, quatro generais ligaram para eu não ir. Um deles entrou no elevador e falou isso.” E o Lula ainda brincou. Falou: “Você nem podia estar me dizendo isso. Você sabe? Para me pedir para eu não ir no ato da tarde? Você nem pode falar isso para mim. Você teria que falar para o seu ministro, para o seu chefe.” Com essa coisa afável do Lula. Então o livro, ele foi um livro de muito impacto. Por quê? Porque ele deu um primeiro passo para sinalizar. “Não acabou o assunto.” E eu brincava. “Ele nem começou ainda.” E se irradiou para uma outra elaboração importante, mas que não era na mesma sintonia total, que era a do Tarso Genro com o Paulo Abrão, no Ministério de Justiça, uma estrutura muito mais poderosa do que Secretaria de [inaudível], mas o Tarso faz um evento meses depois, me chama, para discutir punição.

A.S. – Em 2007 isso já? Ou ainda em 2006?

P.V. – Começo de 2008. O meu livro foi em agosto de 2007. E o meu livro foi um livro que teve...

D.P. – Paulinho, fala o nome do livro, que a gente não está anotando aqui.

P.V. – O livro é “Direito à memória e à verdade”, é um livro grande, volumoso, de capa dura. Se vocês não tiverem aqui, eu mando.

A.S. – A gente tem. Obrigada.

P.V. – E esse foi um grande evento, mais ou menos no aniversário da lei de anistia, um dia antes, um dia depois. E ele foi preparado com toda uma cautela. Por exemplo, o que eu fiz com o Elio Gaspari? Eu meti um monte de citação dele no livro. Entre aspas, porque um monte de coisa que eu gostaria de dizer, tinha lá nos livros dele. Então aparece por um jornalista que não é petista, não é de esquerda, pesquisador do assunto, etc. tal. E conseguimos fazer uma introdução que não tem aquela animosidade que vira alguém do governo xingando outra parte do governo. Mas aquele texto que vai dizendo: “Olha, isso é da regra, é da lei, precisa. O Brasil deu passos. Faltam alguns passos. Quais os passos que foram dados?” A Lei de Anistia de 1979 com as suas polêmicas, as duas leis do Fernando Henrique. A lei que criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e a lei que criou a Comissão de Anistia e o direito de anistiar. Então agora era a hora de fazer esse esforço, a busca dos corpos, etc. tal. E o Jobim tinha acabado de assumir o Ministério de Defesa. E é uma coisa importante, porque aí tem um processo que vamos lembrar como foi. Eu vinha trabalhando a questão do Lula, vamos achar os corpos e achar os corpos tinha que ter forças armadas. Tinha que o Exército, a Marinha, Aeronáutica. Araguaia, sobretudo, que é o lugar de corpos concentrados. Ali, se você procurasse, se tiver informação, você pode achar ou, no mínimo, ter a narrativa de: “Olha, foi feita a fogueira mesmo.” O tal Morro das Andorinhas, os temas polêmicos que teria havido uma mega fogueira. Posse de ministro todos os ministros vão e eu, geralmente, fico lá na terceira fileira, porque pela hierarquia funcional eu também não sou de ficar ali tietando. Mas na do Jobim eu fui e sentei na primeira fileira e fiquei esperando para na hora que comessem os cumprimentos, eu já queria falar com ele. Eu conhecia superficialmente o Jobim, mas tinha conversado bastante com o Valdir Pires, grande amigo. E o Valdir me disse: “O que você quiser, a gente

faz. Mas eles não me ouvem.” O ministro da defesa dizendo. Então o que nós fizemos? Nesse exame da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, que vai gerar, a gente percebe que já no período Itamar Franco, o ministro Maurício Correia fez um procedimento que tem resultados importantes. Ele determinou, como ministro da justiça, que as três armas prestassem informações. O relatório das três armas é desencontrado e a Marinha é a que avança mais. A Marinha, ela faz um procedimento interessante, dizendo, mandando uma carta para um conjunto de pessoas que serviram no Araguaia e a carta dizendo: “Por solicitação do ministro da justiça, queremos recolher informações.” Então, em primeiro lugar: se você não quiser prestar informações, você tem direito. Se você quiser, passa... Então de 150 endereços da Marinha, porque não foi tanta gente da marinha que foi para lá, 10 responderam e uns três ou quatro disseram coisas novas. Falaram: “Não, eu vi o cara ser morto.” Isso estava lá. Isso estava lá desde 1993. Desde 1993. Então a gente fez essa evidência, eu organizei tudo isso e mostrei para o Lula. Falei: “Olha, isso aqui já tem, isso já tem, isso já tem.” Então ele falou: “Então segunda-feira eu vou chamar os três chefes militares aqui, você vai mostrar isso tudo para eles.” Marcamos. Mas aí na quinta antes, quarta antes, posse do Jobim. E deu certo. Eu fui de cara, dei um abraço nele e falei: “Eu preciso falar com você hoje, porque segunda-feira...” Ele falou: “Então nove horas você vai lá no gabinete.” “Está bom.” Então nove da noite eu fui lá. Expliquei para ele: “Olha, tem uma reunião segunda-feira.” Ele falou: “Olha, Paulo, o presidente Lula me pediu para cuidar da TAM.” Torre de controle dos vãos e o acidente da TAM. Lembra? “Eu preciso de ir para São Paulo, essa é a prioridade.” Lembra a crise que estava? Controle aéreo. “Eu vou cuidar disso e tal, disciplina. E não pode ter essa reunião segunda-feira. Não só não pode porque eu não vou ter tempo, mas porque eu acho que o presidente não deve reunir os chefes militares, porque enquanto ele falar com os chefes militares, eu não sou ministro.” Bom, o Ministério da Defesa nasceu em 1999, Fernando Henrique e foi um passo pela metade. Não julgo, talvez tenha sido o passo possível. A lei diz assim: “O Ministério da Defesa é uma instância de integração administrativa entre as três armas.” Espécie de Estado maior das forças armadas. Sendo que o chefe das armas se reporta diretamente ao presidente da República. Então está na lei. É um ministro que não é ministro.

D.P. – Isso está na lei [inaudível].

P.V. – Está na lei. Agora mudou, mas o evento...

D.P. – Mudou quando, Paulo? Agora, recentemente?

P.V. – Mudou com o Jobim. Eu abro, depois fala alguém da sociedade civil, fala o Marco Antônio da comissão, fala o Jobim e fala o Lula. Eu abro explicando o que era aquilo, o térreo do Palácio do Planalto cheio, coisa de 500, 600 pessoas.

D.P. – Essa reunião é a reunião...

P.V. – Lançamento do livro.

A.S. – É em 2007.

P.V. – Agosto de 2007. Então eu cuido bem do meu discurso e falando: “Presidente, esta ação, a busca de corpos, a abertura de arquivos que o senhor determinou em uma reunião de trabalho, quando eu fui apresentar, esse trabalho terá como um dos seus maiores beneficiários as forças armadas brasileiras, que elas não podem carregar nas costas a violência cometida por algumas dúzias de militares.” Então eu faço todo um discurso de adulação às forças armadas brasileiras, de respeito, à democracia, um país como o Brasil precisa de ter forças armadas de que todo cidadão se orgulhe. É preciso separar o joio e o trigo, etc. tal. E foi. Bom, o Jobim, quando vai falar, com aquela estrutura política dele, de caudilho gaúcho, neto de governador gaúcho, ele fala: “Não haverá reações a esse livro e se houver, terá de se ver comigo.” Então ele chama a milicada para esse tipo de briga, de peleia gaucha. Ele dá uma de... E ele voltou e sentou aqui do meu lado. Eu bati a mão no ombro dele e falei: “Você acaba de fundar o Ministério da Defesa.” Falei para ele assim: “Você acaba de fundar o Ministério da Defesa.” E aí o general chefe da casa militar, gabinete de segurança institucional, ele: “Eu quero o discurso do Vanucchi, eu quero o discurso do Vanucchi.” Pegou o meu discurso e mandou para as armas, para dizer: “Olha, fez um discurso de respeito às forças armadas.” Agora, o Clube Militar reagiu ao discurso do Jobim. Quando do ministro de direitos humanos, que se podia esperar um discurso provocador e foi um discurso respeitoso, o ministro da defesa... E aí lembra a lei. “Queremos lembrar a ele, que a lei que criou o Ministério da Defesa diz.” E aí o Jobim, com seu estilo, fez desse episódio também um episódio de impor um domínio sobre as armas que, em um primeiro momento, lhe dá essa condição de ser o primeiro ministro da defesa para valer. Os outros foram figuras transitórias, que então, no governo Fernando Henrique... Lembra? Ninguém sabe nem que essa pessoa existe. Foi ministro da defesa. Figura queridíssima do

Valdir Pires, que confessava. E mais tarde, na Comissão da Verdade, aí o Jobim cuidou de fazer o contraponto a mim. No contraponto a mim a outra maneira dele se solidificar com as armas. Ele constrói primeiro uma coisa civilista, civil, enquadrando, muito positivo e no episódio, que a gente pode contar com mais detalhes daqui a pouco, da Comissão da Verdade, no PNDH 3, aí ele assume a posição de uma certa liderança ou, pelo menos, o desencadeador da reação contrária ao PNDH 3 pelo pomo da discórdia, que era a Comissão da Verdade. Não era a questão do aborto, não era a questão de homossexuais, nem dos símbolos religiosos. Bom, e aí começou um processo em que o Tarso, quando me chama para uma reunião acho que em fevereiro, me pega ao final de 10 dias de férias. Eu, no avião, começo a ler o brief do que ia ser o evento no Ministério da Justiça. Eu desço em Brasília, ligo para o Rogério Sottili, que era meu vice e falo: “Rogério, eu não posso ir nesse ato. Esse ato vai discutir a punição e o Lula me orientou. Eu nem sei se o Tarso falou com o Lula.” “Não, você não pode, não.” Eu fui e cheguei e perguntei: “Tarso, mas vai ter o contraditório, ou vai ser só um lado?” “Não, o Zé Carlos Dias tinha prometido que ia lá para defender a Lei de Anistia.” Acabou não indo, então foi um ato só da posição pró punição e, de fato, o Lula desautorizou expressamente o Tarso, dizendo: “Você não podia...”

D.P.- Mas esse era um ato de massa? Era um ato com familiares?

P.V. – Trezentas pessoas, familiares, bem articulado.

D.P. – Então era um marco. Por que esse ato era um ato demandado por quem?

P.V. – Era discutir a possibilidade de punição.

D.P. – Certo. Mas quem foi que demandou? A comissão de os familiares, ou o próprio Tarso que levantou?

P.V. – Foi o Tarso. E Comissão de Anistia articuladora. Mas então tanto é que eu falei, alguém falou, o Paulo Abrão e o Tarso era a autoridade. E, de fato, o Lula disse: “Você não podia fazer um ato como esse sem discutir isso comigo. E mais, se você quisesse fazer como ministro da justiça, você tinha que fazer isso na UNB, ou na OAB. Não é para fazer aqui no Ministério da Justiça, porque o nosso governo tem problema demais, sabe? Não é criando aqui dentro uma guerra interna.” O problema de quem é presidente e fala: “Eu não quero ter uma insubordinação

da defesa.” Área difícil, delicada, já enfrentando problemas salariais graves, gravíssimos. Eu não sei como está hoje, mas em um certo momento, um delegado da Polícia Federal presta concurso e o primeiro salário dele, com 27 anos de idade, 25, vai ser de um general de exército. O que é uma subversão de qualquer hierarquia funcional. Um general de exército, ele tem 30 anos de caserna. Então tem essas coisas. O equipamento sucateado. Então existem forças armadas que nessas décadas têm demonstrado uma disciplina, uma coesão, um constitucionalismo, que são inatacáveis, com exceção desse maldito tema. Aí não, aí tem um paralelepípedo que bloqueia, que paralisa. Não conseguem romper. Se você for articular alguém hoje... “Vamos fazer um golpe de Estado.” Eu avalio que a chance de ter eco para isso é mínima, mínima, mínima, mínima. Agora, falar para eles que o golpe de 1964 não foi uma revolução democrática, você vai encontrar pouquíssima gente, porque o ensino militar que se reproduz, vai na linha de dizer que Guerra Fria, liberdade, as forças armadas tiveram um papel extraordinário. Então eu, como ministro, tinha que lidar com esse contexto, de que eu sou parte de um governo cuja a diretriz geral é a do presidente Lula e cuja a atribuição setorial é levar ao máximo possível as suas possibilidades sem romper com unidade, disciplina, lealdade. Então sempre a operação é a operação que você vai... Você acerta, erra, mas a tentativa é essa. Bom, aí então o Tarso contou para mim. “Olha, foi uma conversa muito difícil, você não imagina como foi a conversa.” Mas realmente... De qualquer maneira, valeu como uma quebra do meu isolamento. A pequena Secretaria de Direitos Humanos sozinha, agora vem o Ministério da Justiça e a Comissão de Anistia do Ministério Público com recursos muito maiores do que a minha Secretaria de Direitos Humanos. Então começamos a andar. E este ano de 2008, ele é o ano...

D.P. – Certo, e esse ato? Então você foi lá, fez o discurso, o mal estar, enfim. Como é que foi? Como é que acabou essa história?

P.V. – Esse ato, ele acabou assim.

D.P. – Jobim não foi. Jobim não estava presente?

P.V. – Nesse ato? Não. Nesse ato não. Tanto é que a minha percepção no avião estava certa. Isso aqui é uma roubada, é uma furada. Então eu desci em Brasília e falei: “Não vou. Não vou.” O Tarso não podia fazer um ato desse tipo sem falar comigo. Primeiro que quem saiu na frente

fui eu. Nós somos amigos, a gente estava no mesmo andar, eu tinha um gabinete em uma quina, ele na outra. Bastava ele me telefonar que eu ia lá falar com ele. Coisas de encaminhamentos da política que nós também somos muito desastrados muita vezes. Então tinha que falar: “Eu quero fazer um outro evento, agora colocando a questão...” Eu talvez me propusesse. “Tarso, vamos fazer isso lá na OAB. Vamos fazer na UNB. Não vamos fazer aqui, porque o Lula me deu uma orientação explícita assim.” E o Lula falou para mim. Ele falou: “Olha, o Tarso quis entrar na sua agenda. Vocês são amigos, mas ele quis pegar sua agenda. E essa agenda é sua, é agenda de direitos humanos. O Ministério da Justiça tem que cuidar da Polícia Federal, do contrabando, sabe, aquela coisa assim? E é verdade. No governo existe a constatação de que o Ministério da Justiça é um arquipélago. Ele tem 10, 20 atividades completamente... Estrangeiros, índios, contrabando, drogas, Polícia Federal. É uma enormidade de tarefa. Podia deixar a Secretaria de Direitos Humanos tocar isso. Pessoalmente, eu achei bom o Ministério da Justiça entrar. Agora, fiquei com essa delicadeza. Eu não vou me dissociar do discurso do Tarso, porque somos aliados, vamos fazer juntos. Agora, faltou o que me orientava. Estratégia. Fazer os passos do cavalo para daqui a pouco você começar a dizer: “Mudou o cenário.” Como inquestionavelmente, em 2014, 50 anos do golpe, tinha mudado o cenário brasileiro já na avaliação do que foi o golpe. Nunca antes no Brasil houve avaliação de que aquele golpe foi ruim para o Brasil, editoriais do O Globo, manifestações do DOI-DOCI, quer dizer, então era isso que precisava. A mesma coisa eu fiz com meu querido mestre, Fábio Comparato. A DPF, eu volto. A DPF. A OAB propõe uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, que tem o Fábio Comparato como patrono, dizendo que a Constituição não recepciona a Lei de Anistia. Tecnicamente, eu não sou jurista, mas as pessoa têm muita crítica a essa técnica. A Constituição não precisa de recepcionar nada. A Constituição refaz. A teoria constitucional do direito, a doutrina, ela não tem que ficar recepcionando. Ela estabelece que tudo daqui para a frente é assim. E aí você que vai atrás para dizer... E a melhor abordagem seria a abordagem internacionalista. Tratados internacionais de direitos humanos, firmados voluntariamente pelo Brasil, obrigam o país a adotar medidas que não estão sendo anotadas com essa Lei de Anistia de 1979. Bom, agora, eu falava: “Mestre, vamos primeiro fazer um debate nacional. Vamos fazer causas da primeira instância.” Tinha uma causa. Família Teles. Depois duas. Família Berlino. Por onde eu andei, eu chamei as famílias a fazerem 100 causas. Porque na hora que você tiver 100 causas de primeira instância, cinco vão ser aprovadas. Um tribunal de segunda instância vai aprovar uma. Então, quando chegar no Supremo, o tema chega quente, não chega

a frio. O tema chegou a frio. “O que? A OAB quer que a Lei de Anistia de 1979 seja anulada, seja revista? O que é isso? A Lei de Anistia...” Aí começam as confusões. O voto do Eros Grau é uma aberração de desencontros, de fusão de notícias. “Foi um grande clamor nacional pela anistia.” Não. Para um outro projeto, não do Petrônio Portela. Então está lá, está registrado para a história e aquilo vai ter que ser refeito, porque, tecnicamente, até os dois votos vencidos, o do Lewandowski e o do Aires Brito, dão a base em que algum dia vai ter que ser corrigido. E eu acho que o caminho é muito mais por aí do que pelo Legislativo. Luiza Erundina quer revogar a Lei de Anistia. Isso é um horror. Porque você começar a revogar lei que respondeu a 50 anos antes, 30 anos antes, cria um problema de regressão do direito, que quem entender de teoria do direito vai ser contra.

A.S. – Tem um outro projeto de lei, que não necessariamente solicita, prevê, a revogação [inaudível], mas a criação, ou a redefinição de crime conexo.

P.V. – É isso. Então primeiro pode fazer por aí. Eu acho que a chance de aprovar é imensamente menor do que o Supremo corrigir. Como ele corrigiu uma boa parte do Mensalão nos [inaudível] infringentes. Um monte de besteira do julgamento do Mensalão, meses depois, as mesmas pessoas corrigiram. Bastou chegar o Luiz Barroso lá com uma outra construção e tal. Com esses anos todos de debate, caravanas da anistia, seminários, Comissão da Verdade nas universidades. O Ministério Público, se o Supremo reexaminar, e vai ter de reexaminar... O Lewandowski disse isso ao receber o relatório da Comissão da Verdade. O Luiz Barroso disse. “Há um choque entre a decisão da Costa Rica e o Supremo em abril de 2010. Nós precisamos resolver isso”. Então eu acho que é muito mais por aí. Voltando ao fio, o nosso trabalho de ir fazendo ia se avolumando, a Comissão de Anistia se transforma em uma alavanca poderosa, até com mais visibilidade, recursos, dinheiro para fazer os eventos. As publicações começam a se diversificar. A Anistia faz, eu faço livro de crianças, eu faço o livro das mulheres. Agora o Adriano Diogo fez um livro de crianças belíssimo. “Infância roubada”. A Eliane Brum escreveu um texto belíssimo sobre esse livro lá. Então o tema chega em um momento em que, agora sim, é o momento mais adequado de tentar cartadas como aquela à DPF extemporânea, que atrapalhou. Eu cheguei a conversar com o Fábio naquele momento e ele também, com alta legitimidade, ele disse: “Paulo, estou esperando 30 anos. Não me peça para esperar mais”. Ele tem razão também. Bom, aí nós continuamos e, quando eu comecei a falar de 2008, é para falar que este ano era o ano escalado para ser o ano da 11ª Conferência Nacional de Direitos

Humanos, então eu falei: “Bingo”. A Comissão da Verdade vai nascer aqui como resultado de uma conferência. E no nosso programa inicial nós não botamos Comissão da Verdade. Veio das conferências estaduais. Teve municipal e tal. Então o pessoal das famílias, a Susana, a Amelinha, foram articular. Aprovaram. Ótimo, então eu tenho, inclusive, essa. Olha, não é uma iniciativa minha. É da menina dos olhos do Lula. As conferências. O orgulho do Lula da democracia. Nunca nesse país houve tanta discussão para discutir políticas públicas de baixo para cima etc., tal. Então fomos, 2008, era aniversário redondo da declaração universal, 60 anos. Uma agenda anual de festejar e culminar em dezembro com a Conferência Nacional de Direitos Humanos, que teve no primeiro semestre, municipal, regional, estadual, em todos os estados. Em todos os estados governadores patrocinaram. Foi um momento muito raro. Patrocinar e aprovar propostas de defesa dos gays, dos homossexuais, com governadores que são radicalmente homofóbicos. Então esse processo da democracia que obriga, vai fazendo etc. E nós chegamos lá. Bom, a conferência, ela foi uma organização tripartite. Depois de dois anos que ela tinha virado bipartite. Porque a nossa Secretaria de Direitos Humanos, ela foi criada com status ministerial pelo Lula e deu aquela tentação de... “Não, então agora o Executivo assume uma titularidade maior”. Que valeu para todos os outros segmentos, para esse não valia, porque, primeiro, era 10ª, no caso nona, Nilmário Miranda, de uma articulação sociedade civil e Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, essa agora que a direita quer. Mas o Nilmário que é o proponente dela e ele era ministro. Então ele achou que dava para fazer facilmente um jogo, que foi muito complicado e a nona conferência teve muitos elementos de desastre. Teve até folclore do tipo uma travesti em uma mesma mesa com um bispo da Igreja católica. Sabe essas coisas? Aí começa a dar bate boca, gente que está sendo barrada por questão de credenciamento. Essas coisas que aconteceram. Então, em 2010, resolveram fazer a conferência sem o governo. E eu adotei uma conduta que se revelou adequada. Eu concordei e me dispus a ajudar com recursos e estar presente sem ser proponente. E foi bom, porque aí então a de 2006, que foi a 10ª, rearranjou o campo. Então nós começamos a preparar a de 2008 já tripartite, e aí era sociedade civil e nós, porque a Secretaria de Direitos Humanos então da Câmara dos Deputados ficou no papel secundário e nós criamos uma coordenação que foi discutido tudo. Inclusive a pauta, o plenário, etc. Na abertura da 11ª conferência, dezembro de 2008, final na celebração, mesmo dia da entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, aquela coisa bonita e tal, com 12 ministros. O meu discurso de abertura é assim: “Presidente Lula, estes dois mil brasileiros e brasileiras presentes representam 14 mil

peessoas de muitas outras que participaram de outras formas das conferências regionais, municipais, que têm como tema central a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, proposto pela Conferência de Viena da ONU em 1993, para que os Estados passassem a ter...”

A.S. – A gente precisa mudar a fita de novo.

P.V. – Está bom.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2216_paulo_vannuchi_2015-03-05_02]

P.V. – Então é um detalhe só de teoria política, mas importantíssimo. Porque a construção histórica dos direitos humanos é de defesa do indivíduo frente, contra o Estado. Então é uma absoluta novidade o momento em que a ONU chama os Estados a fazerem seus planos de direitos humanos. Isso é uma novidade que ninguém sabe ainda. A comissão lá na OEA não sabe bem isso, porque a nossa vida é brigar contra os Estados. E tem hora que eu falo: “Pára, gente. Também não pode só brigar”. Porque lá nesse Estado vai ter o ministro, que é um cara dos direitos humanos. Tem o inimigo. O inimigo interno é presidente da República. No Brasil, no Chile, no Uruguai, na Argentina, em Salvador e na Nicarágua. Tem seis inimigos internos [inaudível] do Estado nacional que são presidentes da República hoje. Mujica até a semana passada, não é? Mudou, então o Estado é outro. Não é só o Estado opressor, violador. Ele viola, continua violando, ao mesmo tempo em que tem segmentos lá dentro que são lutadores de direitos humanos que vieram do pau de arara, que passaram pela tortura, fizeram a vida nos direitos humanos e tal. E um governo brasileiro teve um papel destacadíssimo na Conferência de Viena. Fernando Henrique, chanceler, com a sua trajetória democrática etc., articulou a conferência preparatória no Brasil, depois no Chile, regional. Bancou passagens, foi muita gente. Gente minha ali, o meu ouvidor participou de Viena, sabe? E o embaixador brasileiro, Gilberto Sabóia, foi o presidente e o redator do plano de ação. E o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a fazer. Em 1996 o primeiro. Zé Gregório. Ele saiu com um corte claramente direitos civis e políticos e a sociedade já estava discutindo os DESC: Direitos Econômicos Sociais e Culturais, que é a minha área lá na OEA, sob minha responsabilidade. No Norberto Bobbio é a separação entre os direitos de liberdade e os direitos de igualdade, que quando Viena fala indivisibilidade... “Ah, interligados”. É obvio, mas indivisibilidade quer dizer o seguinte:

faz 200 anos que os ideais de igualdade e liberdade da revolução francesa – tem uma tal de fraternidade também –, eles andaram em choque. A liberdade virou conceito liberal capitalista e a igualdade conceito socialista democrático. Isso é um não senso. Porque toda vez que você danifica um, o outro está danificado. E o Muro de Berlim é isso. Você construiu uma sociedade de igualdade sem liberdade. Igualdade coisa nenhuma. Se você não tem liberdade, você não tem denúncia. Quem é o Putin que está matando adversário? É gente do aparato comunista. E aí vai. Então nem o capitalismo continuar falando em direitos de liberdade, liberdade de contratar e pagar o salário que eu quiser, de não pagar salário nenhum, de ter trabalho escravo, e nem a igualdade stalinista, a igualdade do socialismo real, que ruiu. Então nessa busca o PNDH 2, ele representou a entrada dos DESC. Brando, mas ele é... Então os dois somados era uma boa, um bom acervo. Tanto é que no 3 e na publicação eu fiz questão de fazer o que ninguém faz. Meter em anexo o PMDH 1 e o 2. Agora, o 1 e o 2 foram feitos sem consultas, que geralmente o Paulo Sérgio Pinheiro coordenou. Não sei se vocês vão entrevista-lo também nesse programa, mas ele coordenou o primeiro em seis seminários regionais em que participaram, ao todo, 160 pessoas. E no segundo, quatro anos depois... Noventa e seis, 1997... Seis anos depois, último ano de Fernando Henrique, participaram 500 pessoas. Agora, o nosso era com conferências. E mais, a gente já tinha esse tal intersetorialidade na moda, então nós falamos: “Não, não vamos mais fazer criança, mulher. Vamos fazer eixos estruturantes”. E criamos seis. Interação democrática entre Estado e sociedade, que é esse o tema. Ninguém vai governar direito se não ouvir a sociedade sempre. Segundo, a sociedade não pode ter o Estado como comitê executivo da burguesia do texto do Marx. O Estado se ampliou. É o Estado gramsciano. Tem o Lula presidente, tem a Dilma presidente, tem o Mujica presidente e continua sendo Estado, mas é um Estado diferente. Então interação democrática. O papel é diferente e a gente colocou lá a necessária tensão. Tem que ter uma tensão entre os dois. E era a celebração do espírito Lula das conferências. Segundo eixo, o modelo de desenvolvimento. Aí é um escândalo. O Reinhold Stephanes, que aprovou todo o meu projeto, na hora H foi na linha de frente para bater, que nós eramos inimigos do agronegócio, que a gente... Não, a gente quer o agronegócio, mas um agronegócio que não envenene o planeta, que não envenene os trabalhadores, que não faça trabalho escravo, que não expulse a população tradicional, que tenha lugar para o agronegócio. Botamos Amartya Sen como figura teórica na introdução e começamos, mas muito cautelosamente. Imagina, eu se eu ia deixar besteira lá. “Não fazer usinas hidrelétricas”. Imagina. Não. “Garantir o respeito aos direitos humanos nos grandes

projetos de infraestrutura (rodovias, ferrovias, hidrelétricas), de forma que a população seja compensada, consultada”. Tudo isso e com todas as cautelas. Agora, a verdade é que o grande pomo da discórdia... Aí o terceiro eixo era universalizar direitos no contexto de desigualdade, que aí pegava os temas setoriais: criança, mulher, igualdade racial, etc., tal. O quarto era segurança pública. Tinha chegado a hora de tratar direitos humanos com centralidade no tema segurança pública. É o nó a ser desatado. Está cada vez pior ou, pelo menos, está parado. O quinto era educação em direitos humanos. Também é a minha outra paixão. Eu tenho duas paixões. Uma é o direito à memória e à verdade e o outro é esse, que se a gente mudar hoje a pré escola e em cada briga de criança o monitor, o professor, a tia, intervir dizendo: “Nunca vamos resolver com violência a disputa pelo brinquedo, pela boneca, pela bola.” Quando tiver a brincadeira homofóbica, de gênero, racista, de preconceito racial, você começar... É criança que está sendo formada nesse horror da mídia que nós temos e da internet que nós temos. Você pode criar ao final de uma longa escola uma sociedade tolerante, uma sociedade que celebre a diversidade como, por exemplo, eu tinha, até 30 anos de idade fortes preconceitos homofóbicos. Os homossexuais do presídio político eram tratados... Lembra daquela história? Que tem livro do Herbert Daniel, não é? Quer dizer, hoje os meus filhos já não têm isso. Ou seja, já mudou. Porque houve uma mudança no tratamento que foi dado. Namora menino, namora menina. Então isso tem que ser feito com todos os outros temas e enfrentando a regressão que nós estamos vivendo nesse momento, que é uma regressão que tem fundamentos até na lei de Newton. Toda ação provoca uma reação igual ou contrária. Você não avança 10 anos, 12, em um sentido, sem desencadear nas forças que perderam terreno uma capacidade de reagir. Quando reage, é desse jeito que nós estamos vendo. Xingamento ao Guido Mantega lá no Hospital Einstein, que está com a mulher há dois anos fazendo quimioterapia naquele hospital. Ela é da comunidade judaica, conhece todo lá, etc., tal. Bom, então nós terminamos ali e o meu discurso ao Lula foi...

A.S. – Faltou você falar sobre o sexto eixo.

P.V. – Que é esse: é o direito à memória e à verdade. Pequeninho, são três páginas. O discurso era assim: “Presidente, estes dois mil [inaudível] têm como expectativa que o senhor aprove como decreto presidencial, assim como fez o seu antecessor Fernando Henrique Cardoso em 1996 e 2002, o máximo possível do roteiro que será aprovado aqui como resolução da 11ª conferência.” Mas deixando claro que resolução da 11ª conferência é uma coisa e decreto

presidencial, instituindo o PNDH 3 é outra. Então nós trabalhamos nos meses seguintes e eu queria que em julho tivesse encerrado. Eu falei: “Depois de julho começam as eleições e, se começar as eleições, o ambiente fica deturpado.” Não conseguimos, mesmo porque pretensão, tivemos a pretensão de o plano ser assinado por todos os ministérios e não por direitos humanos, como foram os outros dois. Então a negociação... Nós tivemos uma reunião de nove horas sem parar com o Ministério do Planejamento. Uma beleza de reunião. [Inaudível], no final ele falou: “Bom, pelo menos a gente sabe o que é direitos humanos.” Só no planejamento. Porque ele só vinha com a tesoura. Direitos humanos tem que estar no orçamento. Se não estiver no orçamento, não tem direitos humanos na política. E isso... “Não, mas direitos humanos é um dinheiro que eu mando lá.” Não. A política para criança, a política para não sei o que, tudo tem que estar refletido no orçamento. E conseguimos, 31 ministérios assinaram. Trinta e um ministérios assinaram.

D.P. – Alguém faltou assinar?

P.V. – Cinco.

D.P. – Uau!

P.V. – Mas assim, Defesa, o Planejamento e a Fazenda, que acharam que não cabia etc., tal e mais alguma coisa, tipo Portos, não sei. Mas o resto foi tudo. Isso demorou muito tempo, porque não chega no ministro, o staff lá discute, etc., tal. Bom, e aí o que aconteceu? No processo de negociação... É que na hora de começar a trabalhar o decreto presidencial, eu ia fazendo com o ministro propostas de ajuste que deixaram a relação minha, nossa, com a sociedade civil em um ponto limite. O que nós chamávamos atenção democrática na nossa mesa. Respeito, mas papéis diferentes aqui em algum aspecto oposto. À sociedade civil cabia empurrar o máximo possível e a mim levar em conta as orientações gerais daquele governo, que não queria decretar a prisão de generais. Estava muito claro isso. Então aí, primeira posição que começou a gerar discórdia, é que eu pedi que fosse Comissão Nacional da Verdade. Ele: “Não. Comissão Nacional da Verdade e da Justiça.” A sociedade civil queria, tinha direito de querer e eu falei: “Se eu [...] justiça, eu estou desacatando um pedido do Lula, que é não trazer para o governo... O decreto é um decreto que tem força para o Executivo só. Então uma das maiores canalhices da mídia foi dizer que o Programa Nacional de Direitos Humanos

estabelece que o Judiciário só pode fazer isso, interfere, aquela besta do Ives Gandra fecha o escritório dele e passa a percorrer o Brasil para falar das inconstitucionalidades do... Eram recomendações. Recomendações ao poder Judiciário, que discuta... Recomendações, recomendações. Como o primeiro e o dois. A gente repete muito do tipo de texto. Já era uma experiência, etc. E nesse nível de tensão, chegou até uma curiosidade, que é um desses erros de jornalismo. O *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira, faz uma edição sobre PNDH 3. Na bucha. E desce o cacete nele. Como programa pelego. Aí vem o ataque da direita, que recompõe as nossas forças, porque aí... Bom, se o ataque da direita vem nessa intensidade, do jeito que está, esse problema não deve ser tão pelego assim como estavam etc., tal. E eu tentava dizer essa coisa que eu incorporei muito na minha vida, mas entendo que muitos amigos queridos não incorporem. A nossa ideia inicial de revolução, ela era tão marcada pela ruptura... O palácio, a bastilha, o palácio de inverno e que a ideia da revolução deslizante, aquela que avança suavemente... Se você for medir o século XX, a maior mudança do século XX não é o socialismo, porque ela terminou onde? No apogeu Margareth Thatcher e o fim da União Soviética. Mas pega o tema da mulher. Compara a mulher no primeiro dia do século e no último. Teve ou não teve uma tremenda revolução? Inconclusa. Participação no parlamento, monte, salário. Mas pega a mulher no primeiro dia, do último dia, talvez seja a mais importante revolução social do século XX. Ficou. E não tem data. Tem 30 datas, 50. Então essa ideia de que você dá um passo e esse passo desencadeia a dinâmica política que propicia. Eu falava assim: “Suzana, não precisa ter agora a exigência de que os torturadores sejam punidos. Se você fizer isso agora, você pode bloquear. Vamos fazer uma dinâmica em que as forças liberadas coloquem com muito mais viabilidade no passo seguinte.” Aí as pessoas têm medo do gradualismo, do etapismo, acha que pode ser engambelação. Tem essas contradições. E o choque foi desencadeado. Eu quero depor também com muito respeito ao Jobim, mas situando aqui a FGV, o CPDOC, a ideia de que a negociação com ele, ele sabe, foi uma negociação, em primeiro lugar, muito longe da aparência gerada pelos jornais, de que [inaudível]. Acabei de contar que eu fui lá à noite tentar construir junto e tal. Então ele demora meses para me dar resposta. Até entendo que não seja uma manobra. Dificuldade na área dele. Cheguei a perguntar para ele um dia: “Olha, se você tiver dificuldades intransponíveis, ou seja, uma medida como essa vai levar à demissão de 12 generais de exército, todos, me diga, que aí...” E aí ele não quis responder. Também tem direito de não responder, não é? E nós não conhecemos o que pensam as forças armadas. Juízes você conhece, você faz uma pesquisa. Forças armadas você não tem

como fazer pesquisa. O único conhecimento que tem sobre forças armadas, acho que hoje, para valer, no Brasil, acho que é esse aqui de vocês, que foram as pesquisas que vocês fizeram aqui. Agora, vai perguntar o que pensa um general médio do Brasil hoje, das três armas, ninguém sabe. Nós não fizemos. Primeiro, as universidades têm poucos projetos nessa linha. Muito poucos. Aqui tem, mas de um outro momento também, que houve entrevistas fundamentais, etc. E hoje? Vinte anos depois, 30 anos depois. O ensino militar é o mesmo? A Guerra Fria está viva na cabeça deles? O que eles acham do comunismo? O Lula é comunista? A Dilma é comunista? É o inimigo interno? Essas coisas precisam ser atualizadas. Finalmente, ele apresentou um documento de quatro páginas. E eu fui para lá. Então, primeiro, ele pegava umas coisas de desmilitarização da Polícia Militar. “Isso não pode, porque isso não sei o que. Se a gente aprovar isso, abre o caminho para ter um novo 1932.” Aquela coisa da polícia paulista, não é? Agora, ele não entendia que aquela mentalidade era toda mentalidade centralizadora do período da ditadura. O Tarso Genro, o governador, quis renovar os revólveres da brigada militar e não conseguiu, porque precisava de autorização de Brasília, do exército. Até hoje. Não precisa mais. Uma polícia militar pode ter direito de comprar a arma mais conveniente para aquele estado e tal. O que resta da ditadura ainda em muitas coisas. E lá no tema propriamente de repressão da ditadura, nós começamos a divergir e ele propunha, quando eu falava: “Criar uma comissão nacional da verdade para investigar as graves violações de direitos humanos no contexto da repressão política.” Ele pede para tirar as graves violações de direitos humanos e tirar o contexto de repressão política. O que era uma aberração. Era uma monstruosidade, porque eu falei para o Lula: “Presidente, se uma comissão nacional da verdade que vai analisar as graves violações de direitos humanos, ela vai analisar tudo. Ela vai pegar todos os Carandirus, os Bangus desse país aqui. Todos os presos que são torturados em todas as delegacias e você não tem como fazer isso. Nenhum país do mundo fez isso.” A Comissão Nacional da Verdade é para apurar o contexto da repressão política. E veja a frase. O contexto da repressão política. Não estou falando Exército, Marinha. Todo o meu cuidado. “Não, porque não sei o que.” Bom...

A.S. – Desculpa, só que eu me perdi um pouco. Quem pediu isso foi o Lula ou o Jobim? Você estava mencionando uma conversa com o Jobim, que demorou a...

P.V. – Não, porque o Lula arbitra. Toda vez que tem divergência entre ministros, tem que chegar uma hora em que o presidente senta para arbitrar qual é o ponto de vista. Então, veja

bem, terminou a conferência em dezembro de 2008, eu quero que ele acabe em 2009 até julho, para virar decreto. Saiu em dezembro, véspera de Natal. No aniversário da minha posse como ministro. Para mim, era fundamental se o Jobim entrasse, porque era o Ministério da Defesa junto. Como nós conseguimos aprovar a lei – eu já não era mais do governo – nós fomos visitar Fernando Henrique. Zé Gregório, Paulo Sérgio, Belizário, Nilmário não, o Marco Antônio Barbosa e eu fomos visitar o Fernando Henrique para pedir o apoio dele para aprovar a lei da Comissão da Verdade. “Não apenas junto ao PSDB, mas que o senhor usasse a sua autoridade para falar com o DEM.” E ele topou. Chamou o ACM Neto. Tanto é que quem votou sozinho foi o Bolsonaro. É muito bom que a Lei da Comissão da Verdade tenha sido aprovada por essa extraordinária maioria. O ato em que a Dilma montou com todos os presidentes da República vivos... “Olha, aqui quem está falando é o Estado brasileiro. Não é o governo. Aqui tem adversários partidários e políticos que estão juntos nessa questão.” Nós estamos na negociação agora do decreto presidencial, que teria que sair até julho. Saiu só em dezembro. E nessa negociação com o Jobim, que demorou meses, eu terminei sentando com ele e falando assim: “Jobim, você está propondo sete alterações e elas todas me custam muitíssimo. Eu tenho um comitê coordenador com a sociedade civil e que a reunião ali é difícil. Eles têm legítimas desconfianças de que o Estado brasileiro, o governo, etc. tal... Agora, eu estou disposto a enfrentar e tentar convencê-los, porque para mim é fundamental que você como ministro da Defesa, assine.” “Está bom.”

D.P. – Esse era o decreto. Quer dizer, era o documento que dá subsídio para o decreto.

P.V. – É. É o decreto, é o decreto.

D.P. – Esse documento, esse decreto, você fez a partir das discussões com o comitê?

P.V. – Não.

D.P. – Da conferência?

P.V. – A conferência aprova resoluções.

D.P. – Certo.

P.V. – Então nas resoluções, que seguem os seis eixos... Deixa eu contar episódios das resoluções do Congresso. O eixo 2, modelo de desenvolvimento. Na conferência tinha pequenos grupos de grandes plenárias e depois a plenária final, e a plenária inicial de abertura. Nas plenárias grandes, temáticas, uma por eixo, seis, essa eu presidiria e sempre teria alguém da sociedade civil e alguém do governo. Ministros. Então ministra seria Dilma, já antevista como candidata presidencial. Era uma das possibilidades. Então ela vir, mãe do PAC, não sei o que. E foi a única das pessoas que a sociedade civil propôs na mesa em que eu não consegui convencer. Mas eu sabia que não era boa. É a Marijane. E a Marijane...

D.P. – Marijane Lisboa.

P.V. – Por quê? A Marijane, ela é o pior figurino. É o figurino de quem está no governo, sai e rompe. Aí tem aquela lógica fundamentalista de... Sabe? E a minha filha, a Maíra, era aluna dela, me contava e tal. Então ela estava lá na PUC de volta, depois de ter ficado com a Marina e saiu assim: “Não, esse governo aqui é anti-ambientalista”. Então no debate em que a Dilma não foi e mandou uma coitada de uma assessora que foi espancada ali, eu tento uma frase, em uma certa hora.

D.P. – Então estavam você, a Marijane e a assessora da Dilma.

P.V. – E aí a Marijane dá um banho nela, porque tinha muito mais domínio do tema e é avassalador. Tudo que se fazia no Brasil era uma destruição do meio ambiente, um horror, o modelo de desenvolvimento era concentrador. A coisa que deu a trajetória posterior dela. Aí a moça, muito fraca, e eu tento uma mediação, eu falo: “Gente, vamos lembrar qual é o exercício. Nós estamos aprovando aqui em uma conferência algo que nós vamos trabalhar para que o presidente da República transforme em um decreto presidencial. Então vamos cuidar de termos nível ao alcance”. Aí eu quis fazer uma coisa de retórica e me lasquei. Eu falei: “Por exemplo, se a conferência aprovar suspensão imediata de todas as obras do PAC...” Eu nem acabei minha frase. Ela puxou palma [palmas]. Aí [palmas]. [risos]

D.P. – A plateia inteira.

P.V. – Ou seja, eu ia dizer o seguinte: “As minhas condições de negociar estão encerradas. Porque esse governo não vai interromper todas as obras do PAC, porque esse governo tem

como seu eixo econômico agora o PAC.” Até hoje. PAC, PAC, PAC. Então esse nível de tensão que nós vivemos. Bom, voltando então.

D.P. – E na Comissão de Direito à Memória e à Verdade? Como é que foi? Qual o embate?

P.V. – Então, com o Jobim.

D.P. – Não, não, antes. Na conferência. [inaudível] eixo, como é que foi?

P.V. – Não, aí foi melhor.

D.P. – Eu sei que você enfrentou uma barra pesada.

P.V. – Não era mais a conferência, era o comitê organizador. E o comitê organizador tinha umas entidades que não são a CUT, a OAB, sabe? É o Fórum Nacional das Entidades, entendeu? O fulano... São pessoas, assim, que não são grandes... Esse MNDH, que é um dos mais importantes, ele tem 30 anos, mas ele nasceu com Leonardo Boff, com Hélio Bicudo, com Pedro Wilson, com Nilmário Miranda... Todo mundo. Você vai perguntar o nome de um deles hoje, ninguém conhece, ninguém sabe. Ou seja, há um déficit de projeção, de representatividade e são movimentos que, em grande parte, precisam de convênios com o governo. Então também a atitude é muito de: “Não, vamos... Me arruma um dinheiro aqui para eu falar mal de você”. “Olha, arrumo, mas veja lá, entendeu? A partir de um certo tom fica difícil arrumar um dinheiro”. Essas coisas que, no fundo, o MST faz também. Uma grande parte do MST são programas de cooperação agrícola, etc., tal, que têm verbas oficiais. A direita bate nisso. Então ali nós conseguimos levar e falava: “Gente, não vamos fazer um calvário de batalha, não vamos brigar entre nós. É a mesma coisa. Nós estamos brigando no título. Comissão Nacional da Verdade, ou Comissão Nacional da Verdade e da Justiça”. Então aí não tem jeito, porque não dava acordo e valia o meu poder de caneta. Na hora H falei: “Não, dá”. E, de fato, foi uma coisa respeitosa.

D.P. – Quer dizer, na plenária...

P.V. – Não, aí não é plenária mais. Aí acabou a conferência.

D.P. – Mas isso que eu queria saber. Durante a conferência...

P.V. – Conferencia é Comissão Nacional da Verdade e da Justiça. Comissão Nacional da Verdade e da Justiça.

D.P. – Então você foi derrotado ali.

P.V. – Fui derrotado, mas, assim...

D.P. – Mas você também não considerou muito essa derrota.

P.V. – Não, nem votava. Mas seria derrotado. Por exemplo, nessa do PAC, nós não fizemos essa besteira dessa votação. Mas se fizesse a votação, eu era derrotado. O Temporão foi derrotado na Conferência Nacional de Saúde. Pela Zilda Arns. Aborto. Ele foi lá, ele, a Nilceia. Que não era defender o aborto. Eram aquelas flexibilizadinhas graduais, que você vai fazendo para ir conquistando espaço. Derrotado. Você é derrotado em conferência. O que é bom. É uma prova do caráter democrático. Agora, terminou e publicamos o caderno. Resoluções... Pegamos a mesma estrutura para ir limpando. “Isso aqui nem fodendo, nem pensando, não dá para imaginar. Isso aqui dá”. Então aí foi um exercício muito rico, de muito consenso. Poucas divergências, mas na sociedade civil prevaleceu o não. “O conjunto da obra está muito bom, não vamos fazer picuinha”. O erro da coisa da publicação com vários deles escrevendo, só o que faltou no PNDH 3, o que faltou, o que faltou. O erro de mensuração da correlação de forças na sociedade. Quer dizer, quando vem a reação, eu mesmo me surpreendo com o tamanho. Mas eu, pelo menos, sabia que eu tinha limites em cada coisa dali. Até aonde eu podia ir, etc., tal. Eu fui o tempo todo, com a minha caneta... Fazer tal coisa. “Recomendar ao poder judiciário o mecanismo de solução pacífica de conflitos”. Não. “Implantar no judiciário...” Eu não posso implantar. Essa é uma percepção que a sociedade civil não tem. Então ela vai, e briga, e quer. Se você tivesse tempo de passar com teoria das instituições, ela entenderia. Eu não posso decidir uma coisa pelo poder judiciário. Eu posso pedir, solicitar, recomendar. Então esse troço foi e por que o pivô virou o problema com o Jobim? Porque eu falei para ele disso e no dia que eu fiz a reunião com ele, todos os prazos estourados, ele vira para mim e fala: “Paulo, mas não é esse documento mais. Eu já apresentei outro ao presidente Lula”. Bom, então primeiro tem um território, no mínimo...

A.S. – Sem passar por você?

P.V. – No mínimo da chamada lealdade política, que é muito condenável. E com aquela carinha de quem está... “Olha, eu sei que eu fiz uma coisa que talvez não fosse muito boa. Ou seja, antes de falar com você, subentenda. Talvez, como Secretaria de Direitos Humanos não tem importância nenhuma para mim, Nelson Jobim, por tudo que eu penso, o homem da constituinte, o ministro da justiça do Fernando Henrique, que não sei o que, não cabia”. Mas claro que cabia. Telefone, negócio assim. Aí é um documento de nove páginas. Eu falei: “Jobim, é extemporâneo, Jobim. Nós temos que mandar esse troço para a gráfica agora”. Aí sentamos juntos, eu pego, assim, objeções ao PNDH 3, ao decreto... Ponto um: aborto. Eu falei: “Jobim, aborto? Nós estamos discutindo há dois meses. PM, Polícia Militar, violação de direitos humanos. Você apresenta para o Lula, para o presidente, negócio de aborto? Aborto eu discuti com o Temporão e com a Nilceia”. “Não, mas eu disse para ele que se ele quer enfrentar a eleição do ano que vem com o tema do aborto etc., tal”. Então ali todos os temas, terminando com os temas... E aí eu não posso atribuir ao Jobim isso, porque é possível que não tenha sido ele que fez. Porque ele trabalhava em um ministério onde tem militares com acesso àquele documento, que ajudaram a fazer aquele documento. Ele está presente em toda a linha editorial do O Globo, da Folha, da Veja e do O Estado de São Paulo. Ou seja, a mídia foi articulada, ela foi articulada para fazer exatamente os problemas do PMDH 3. Então eram as nove páginas daquele documento. Se não foi ele, eu não tenho como acusá-lo disso. Alguém fez com luz naquilo. Tanto é que colocava tudo assim: “Querem tirar a autoridade do Judiciário. Querem censurar a imprensa”. O negócio da imprensa foi o mais escandaloso. Foi o único que eu sentei com o cara da Globo para mostrar. “Olha o que vocês fizeram aqui. Olha o que diz o nosso programa”. E nesse item o nosso programa recua em relação aos dois do Fernando Henrique. Porque o Fernando Henrique tinha controle social da mídia e controle democrático da mídia. Eu tirei a palavra controle, porque já tinha dado ruído com a Secretaria do Audiovisual depois daquele projeto. Uma série de questões aí que tinha dado problema. Então houve esse tipo de ataque, foi ali no período de Natal de 2009 e em janeiro o governo também ficou um período... Porque ia ser ano eleitoral, então as pessoas tiveram ali mais do que uma semana de descanso. Então tinha uma hora que não tinha ninguém lá. Quando me chamam dia seis de janeiro, 11 de janeiro, já tinha uma solução do Lula e o Lula, em 23 de dezembro, eu sentei com ele em São Paulo e falei para ele: “Presidente, eu vim para cá para ficar um ano e não querendo vir. Então esse tempo todo eu pedi para sair, para voltar e, se chegou a hora, não tem problema. Eu vou sair. Vamos combinar junto o que eu falo, porque alguma coisa eu tenho que falar. Eu não

posso sair quieto. Eu tenho que expressar. Não tenha dúvida de que vou manter o meu mais profundo respeito e lealdade a você, ao senhor”. “Não, não. Você tem que ficar. Essa luta é muito importante. Você tem que fazer essa disputa. Mas você tem de entender também que eu preciso do Jobim. Essa área é uma área difícil, delicada, que ele está trabalhando”. Então o Lula colocou a equação dele. E claro, eu passei semanas, ou talvez meses, decidindo se eu continuava ou não em uma análise difícil. Fiz uma reunião aqui com vocês, com a Regina, na casa da Regina, me aconselhando e a maioria das pessoas: “Não, você tem que ficar, tem de continuar”. E eu sabia que a minha decisão de ficar ou não ficar só mais tarde eu poderia concluir se foi correta ou não. Hoje eu acho que foi o correto. Por quê? Porque nós conseguimos fazer a Comissão da Verdade, ela mexeu com todas as incompletudes e lacunas que o projeto de lei tinha, que o PNDH tinha. Ou seja, você avançou. Você prepara condições e ter exigido uma fórmula mais avançada poderia ter inviabilizado isso. Então, por exemplo, quando vai lá investigar as graves violações de direitos humanos do contexto da repressão política e a data é a das outras leis, que é o golpe da legalidade, a renúncia de Jânio Quadros. De 1961 até 1988. Aí o Jobim propôs 1964, 1946. Propôs 1946 com argumento constitucional, que é forte. E o militante não sabe disso. O argumento constitucional, para quem entende de constitucionalismo, direitos constitucionais, é muito forte. Então vamos pegar o marco. É a única Constituição legítima antes de 1988. As outras são ilegítimas. Então está certo. Segundo, eu sou um profundo conhecedor de história. Eu, na hora, sabia que isso ia permitir examinar a tortura do Boris Tabacof do Partido Comunista na Bahia, que foi preso e torturado em 1952. É um dirigente histórico da Fiesp em São Paulo, empresário, e fez um belo depoimento na Comissão da Verdade contando essa história e tal. Um ricoço. É o CEO da Suzano Papel e Celulose. Eu sabia da questão indígena, que teve violências gravíssimas nos anos 1950. Eu falei: “Não é mau. Não vou brigar por isso”. Claro que a sociedade civil achou que era um puta recuo, que eu não podia ter deixado. Eu falei: “Gente, a Comissão da Verdade não vai examinar os anos 1950. Ela vai se concentrar não é nem em 1964. Ela vai se concentrar em 1969 para frente. E não vai discutir muita coisa de 1976 para a frente. Ela vai trabalhar sete, oito anos. Vai pegar o dia do golpe, claro, e depois pegar o período do Ato 5, até quando começa o processo. Não vou ficar brigando com episódio de 1984, que teve. Ela não vai ter capacidade”. Bom, agora, qual foi o problema de comunicação importante que os jornais não registram? É que no tema, no contexto da repressão política, eu me reuni com o presidente no dia da Confecom, Conferência Nacional de Comunicação. Ele viajava às seis da manhã para

Copenhague, Cúpula Climática de Copenhague. O nosso evento de lançamento era no dia 21 de dezembro. Isso devia ser 18 de dezembro. Dezenove. Já estava no sistema de internet interno. [Inaudível], eu não sei como é que chama. Para pegar as assinaturas eletrônicas de todos os ministros. Então era 10h da noite, 11h da noite, eu estava com o presidente lá. Eu falei: “Presidente, se ficar sem contexto da repressão política, a frase fica completamente sem sentido e ela não é operável. Não existe Comissão da Verdade para estudar graves violações em direitos humanos entre 1946 e 1988. Tem que ter o contexto.” Ele falou: “Não, está certo. Está certo.” “Então, martelo batido?” “Martelo batido.” “Presidente, posso ligar para o Jobim agora?” Comecei a pegar o telefone e botar para ele falar. Ele falou: “Não, não. Eu amanhã ligo para ele.” Pau na máquina. Presidente foi. Aí entra na dinâmica de preparar o presidente para aquela complicadíssima conferência, em que o Brasil acabou tendo um papel muito positivo. Porque chegou com uma novidade, se prontificando a cumprir metas que nenhuma das potências, nem China... Tanto é que China e Estados Unidos criaram o G2 e ferraram com a conferência. Os dois ali falaram: “Não, dá, entendeu?” E enquadraram então acabou sendo um certo fracasso, mas o Brasil, com uma posição muito boa, que acho que ajudou o Figueiredo a virar ministro depois, porque ele era o coordenador nosso da questão ambiental lá. O Lula entra nessa dinâmica e, em um certo dia, ele liga para o Gilberto Carvalho e fala: “Gilberto, eu não liguei para o Jobim.” E já tinham passado acho que dois, três dias. E aí na véspera do lançamento o Gilberto me avisa disso. Eu falo: “Gilberto, jogo jogado. Está impresso. O evento é amanhã às 10h da manhã. Não tem o menor problema. A gente pode discutir alteração tal, mas está lá.” Vinte e um de dezembro nós fizemos, o Jobim não foi e foi a apoteótico. A ministra Dilma aparece pela primeira vez sem a peruca, aquele cabelinho, e vai entregar o prêmio, que eu não sou bobo, eu sei montar as coisas. Eu fiz ela entregar o prêmio para Inês Etienne. E aí foi lágrima para tudo quanto que é lado. Aquela figura da Inês Etienne, muito abalada com incidentes etc. A Dilma, que no dia do livro, em 2008, ela me abraçou chorando e falou: “Paulinho, você lavou a nossa alma.” Ou seja, ela, como ex-presença política, percebendo que ela nunca tinha feito a atividade, a tarefa que devia a ela como ex-militante, em postos tão importantes, ter entrado nisso, que é melhor para todo mundo ela fazer aquele tipo de coisa. Então, feliz da vida, realizada. E nesse evento, puta destaque de imprensa e o Jobim não foi e começou a criar crise na tarde. Ele foi para a base aérea esperar o Lula voltar de um evento, acho, que no Rio e teve uma conversa com o Lula lá dentro que não se sabe se ele ameaçou se demitir, se era demissão de todos. O noticiário de jornal desses dias e o Lula nunca quis me

contar também. Se um dia quiser contar, conta como é que foi essa conversa. Que era uma conversa, assim, de: “Olha, presidente, eu acertei uma coisa com os generais das três armas, que não ia ter o contexto da repressão política e entrou. Então todos autorizaram, etc. tal.” Um problema de comunicação de governo, de cumprimento de prazo. Poderia ser resolvido por múltiplas formas e caminhos, especialmente que ia ter que ter um texto do projeto de lei e esse texto do projeto de lei era a hora de aproximar para ter consenso de governo. Mas o ataque veio e ele aproveitou o vácuo de notícias e, se vocês percorrerem o noticiário, é impressionante. Fica capa de O Globo, capa de Veja e com ninguém em Brasília. Ninguém em Brasília. Vinte e cinco de dezembro, 26 de dezembro, 27 de dezembro. Mas o primeiro dia... A Eliane Catanhêde me acha escondido. Eu atendo porque acho que é o Paulo Sérgio. Ela vira e fala: “O Paulo Sérgio me deu o seu telefone, eu quero falar com você.” Daí eu aproveitei e falei.

D.P. – Qual Paulo Sérgio?

P.V. – Pinheiro. Falei com ela longamente, aí ela fez uma capa de Folha de São Paulo. Então, pela primeira vez, com duas semanas depois, aparece eu dizendo as coisas, não sei o que e tal. Aí foi indo, dias depois essa reunião em Brasília em que o Lula... Nem é o Lula. É a Dilma, Gilberto Carvalho, fala: “Paulinho, olha, a gente conversou com o Jobim, nós temos uma solução. Nós vamos fazer um projeto de lei criando a Comissão da Verdade e aí senta lá o Jobim.” Então criamos uma comissão. A comissão tinha dois cargos do Jobim e ele nunca veio. Tinha o Tarso, mandava o Paulo Abrão. Tinha eu, tinha o Paulo Sérgio Pinheiro, tinha a Erenice guerra, ministra da Casa Civil e tinha os assessores ali da Dilma etc. E o Marco Antônio, da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Então a gente, ao fazer a comissão...

D.P. – Qual é o Marco Antônio?

P.V. – Marco Antônio Barbosa, presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Ao fazer esse troço, o Paulo Sérgio sugeriu: “Vamos fazer um seminário e trazer as pessoas. Trazer o Juan Mendez, trazer o Santiago Canton, que era o secretário executivo da Comissão de Direitos Humanos, um sujeito do National Archives, de Washington.” Ele falou: “Olha, esse grupo aqui foi encarregado pelo decreto presidencial dos primeiros dias de janeiro de apresentar até o final de março um anteprojeto de lei criando a Comissão Nacional da Verdade.” Para tentar afunilar ali. E nós trabalhamos na Comissão da Verdade com esforço que o Zé Gregori gostou muito.

Ele não era da comissão. Ele fala: “Vocês foram fiorentinos”. Aquela coisa da diplomacia, de achar os termos e tal. Agora, nós tínhamos absoluta certeza que, no último dia, o Jobim ia melar. Porque ele foi para imprensa e defendeu bilateralidade. Tem que examinar os dois lados. E aí, eu fui para a imprensa para dizer que isso não tinha o menor sentido. Primeiro que o outro lado... Assim, eu não queria fazer essa idoneização, mas onde eu pudesse, eu falaria. “Bom, então se é para ouvir os dois lados, traga o Vladimir Herzog, traga o Honestino Guimarães, traga...” Eles foram mortos. Pena capital. Eles não têm corpos apresentados. Muitos deles. Ficaram 10 anos no exílio, ficaram 10 anos na cadeia. Dois lados? Segundo, direitos humanos não examina, não examina violências praticadas por resistentes. É conceito básico. Violação de direitos humanos é praticado por Estado. O que o Fernandinho Beiramar fizer não é violação de direitos humanos. Ele pode acabar com a vida de centenas de pessoas, mas o conceito é claro. E o Paulo Sérgio foi lá falar isso para o Jobim. Falou: “Jobim, isso é uma loucura. Que história de bilateralidade?” E ele recuou. E a tese desapareceu. Aparece agora como choramingas do...

A.S. – Ele apresentou esse ponto de vista via imprensa?

P.V. – Na imprensa. Na imprensa. “Eu defendo a bilateralidade”.

A.S. – Esses representantes do Ministério da Defesa, que se reuniram com vocês, eles eram militares ou eles eram civis?

P.V. – Não, eles eram civis. Civis, travados. A gente criou a maior convivência boa no grupo, mas eu não tinha a menor dúvida de que, no último dia, o Jobim ia repetir a cena que ele tinha feito em dezembro. Ele ia apresentar outro documento. E não veio. E eu não acreditava. Porque como estava o projeto de lei... Agora, isso não podia ir para a televisão dizer. “Olha, o Jobim se fodeu”. Não foi isso. Tinha-se criado toda uma leitura, houve um choque, eu fui derrotado, ele ganhou. Isso ficou claro. E foi o oposto do que aconteceu. A Comissão da Verdade saiu com elementos impecáveis. Isso os analistas internacionais consideram que o contexto é impecável. “Ah, incompleto”. Não tem que prever punição. Não. Na democracia o Executivo não pune. O Executivo pode tomar decisões, se ele quiser, da carreira funcional do seu, pode afastar. Agora, punição tem que ter por um poder independente, chamado Judiciário. O argentino que veio, a meu convite, sentou do meu lado...

D.P. – Isso no tal seminário?

P.V. – Falou para mim: “Não, não deve ser lei. Tem que ser decreto presidencial”. Eu falei: “O que é isso? De onde você tirou isso?” “Não, porque a lei vai demorar muito e não sai”. Eu falei: “Santiago, você não pode falar isso. Primeiro, esse aqui é o meu país. Você conhece pouco ele e quem conhece um pouco de teoria democrática, a diferença entre um decreto presidencial e uma lei é outro poder republicano”. “Ah, não, mas não sei o que”. Então é isso. Corremos o risco de não ter a lei. Ela podia estar lá até hoje. Mas fomos trabalhar. Aquilo que eu dizia, valeu a pena eu ter me mantido ou não? Se não tivesse saído a Comissão da Verdade, provavelmente, a minha conclusão hoje seria: “Foi um erro eu ter ficado. Devia ter rompido”. Sempre é o resultado final que vem. Então ela permitiu uma investigação muitíssimo importante, um trabalho muito exitoso, com limites que foram muito bem situados no discurso também diplomático, hábil, do Pedro Dallari, ao apresentar à comissão o resultado para a Dilma. Quer dizer o seguinte: No contexto concreto... Qual contexto concreto que ele subentendeu? Os militares não colaboraram. Eles não colaboraram. Eles, quando podiam criar dificuldade, como aqui, criavam. “Não deixa entrar no DOI-CODI”. Aí voltava lá, o Celso Amorim mandava abrir, aí vinha, cumpria. Mas o empenho de entender que aquilo é necessário, você não convenceu. Até a imprensa, essa mesma imprensa reacionária, intolerante, nesse tema não. Nesse tema ela deixou os seus repórteres trabalharem, investigarem, produzirem coisa, etc, tal. E ao final, se você pegar – não sei se vocês já fizeram isso – para ler, o conjunto de recomendações tem até coisa que eu não botaria. Eu não botaria desmilitarização das polícias. Por quê? Porque permite para o outro lado falar: “Vocês estão metendo um assunto de atualidade. Esse não é o problema”. Então discutindo mesmo a periferia de hoje. Ninguém aguenta ficar discutindo só os anos 1970 sabendo que está acontecendo coisa muito parecida hoje aos milhares. A tortura está aí, o Amarildo, etc., tal. Mas em termos de recorte da atribuição da Comissão da Verdade era melhor não expandir para hoje. Agora estão falando em criar a Comissão da Verdade e da Democracia, de 1988 para cá. É outro desafio interessante. As democracias também são violentas, as democracias também torturam, as democracias também punem. Então são temas aí de passo adiante. Agora, claro, a impunidade do regime ditatorial é a mãe de todas as impunidades. Se você não mexer ali, como nós não mexemos nem na escravidão, nem no genocídio indígena – que eu gosto sempre de associar esses três –, o país que nasceu do tratamento que nós demos para a escravidão foi esse país do

racismo, da violência contra o trabalho. Porque durante três séculos e meio o país foi escravista. Nenhum outro país do mundo foi isso na modernidade. A escravidão nos Estados Unidos pegou 10% da economia. Aqui era a economia toda. A raridade era o trabalho livre. A cana, outros empreendimentos, etc. E o que nós fizemos da abolição? Princesa Izabel. Ninguém sabe da violência, o Rui Barbosa mandou queimar. Então a Comissão da Verdade, ela conseguiu um fato inédito. É a primeira vez na história do Brasil que o Estado brasileiro propicia o exame sobre si mesmo. Auto-crítico, reflexivo, com impactos, inclusive, na psicanálise. Clínicas do testemunho, que é o problema da constituição de uma identidade. Porque na Alemanha a criança aprende na escola o nazismo e Hitler. Então você prepara um país que agora já é a maior potência da Europa de novo em tão pouco tempo. Mas lá na educação você discute. “Aqui teve um cara chamado Hitler, ele fez isso e tal”. Aqui o que nós estamos fazendo ainda, oficialmente, com a ditadura, é esconder. A Comissão da Verdade propõe a alteração do ensino militar. Então, se no ensino militar, em Agulhas Negras, você tiver direitos humanos no primeiro dia de aula e direito constitucional, não vai ter mais formatura com nome de Garrastazu Médici, que eles vão repetindo. O Jobim, depois de ter feito tudo isso que fez, ele foi à cerimônia de Agulhas Negras que tinha, mais uma vez, patrono Emílio Garrastazu Médici. Ele quis ir, porque ele é macho, gaúcho. “Vou lá”, etc. tal. Ele foi e o filho do Médici fez o sinal clássico de rebelião militar, que é se levantar, dar as costas, ir embora. O Euclides da Cunha já fez isso no tempo dele, quando era militar. É uma coisa muito clássica. Você levanta e vai embora. Ele fez assim. O Jobim, hein? O Jobim que liderou todo esse...

D.P. – Quem fez isso foi o filho do Médici?

P.V. – O Roberto Médici, que já era uma pessoa ativa no tempo do mandato do pai. Ele era o secretário de não sei o que. Não sei qual a patente dele hoje.

D.P. – E ele fez isso para protestar contra...

P.V. – Contra o Jobim. Ou seja, um traidor. Então existe uma situação em que você precisa dizer: “A Guerra Fria acabou. Foi um equívoco separar o mundo entre bons e maus. O mau é o comunismo ateu, o bom é não sei o que”. Sabe, quebrar essa lógica. Eu tenho um general, que era chefe da segurança do Lula. Lula é meu amigo. Me convidou para um evento lá, [inaudível] receber uma espada de general dele. Eu fui. Ficamos amigos, depois, naquela greve

da PM da Bahia, ele era o comandante da região militar, ele foi lá confraternizar com os grevistas. Vocês lembram? Não. Era dia de aniversário dele. Aí a Dilma ficou puta, o governador Jacques Wagner ficou puto com ele e ele caiu em desgraça. Mas antes eu fui almoçar com ele um dia e eu falei para ele. Eu falei: “General, o que vocês discutem de geopolítica lá? Vocês discutem McKinley? Vocês discutem Paul Kennedy, Huntington, Golbery?” E ele não conseguia lembrar. Ele fez a escola da selva lá da Amazônia, sabe? Fez todas as escolas. General você tem que ter feito todas. “Você não lembra qual é a referência? Quem eram os teóricos?” Meira Mattos. Meira Mattos, anos 1940, anos 1950, [National Work College]¹. É o teorizador inicial de todo o pensamento Golbery e tal. Então nós precisamos mudar. Aí foi feito. Quando o Plano Nacional de Defesa, incluindo uma alteração, ele não mandou para mim, porque já era 2010. Mas o Marco Aurélio meu passou alguma coisa e o Marco Aurélio...

D.P. – Marco Aurélio Garcia.

P.V. – Garcia. A gente botar lá currículo de direitos humanos. Eu fui ao Haiti duas vezes e visitei a missão brasileira lá, militar. Fizeram uma apresentação para mim do programa de direitos humanos, que todos os soldados realizam de formação antes de ir para Minustah, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. Acho que eram oito módulos de duas horas cada um. Eu peguei, trouxe e vi com calma. Power point, slide, sabe? Tudo que precisa. O que são direitos humanos, quais são os segmentos, como é que você opera em uma missão de paz, os temas da criança, da mulher, do idoso, do racismo, dos pobres. Eu falei: “Jobim, é isso aqui, olha. Se isso aqui entrar no currículo militar, daqui 10 anos nós vamos ter outro tipo de oficial”. Isso não foi feito. Não foi feito. Então nós temos uma situação em que eu ia encontrar... Uma vez eu fui pedir uma visita e fui visitar o chefe do Exército, general Enzo Peri, para discutir o problema dos explosivos de uma explosão de uma fábrica de fogos de artifício no recôncavo baiano. Noventa mortos. Período Fernando Henrique Cardoso. Aí, eu fui lá no Forte Apache, eles me esperavam na porta. Quatro generais de exército, em posição de sentido, bateram continência para mim, me levaram para... Não precisava fazer isso. Me levaram para a sala. A coisa toda respeitosa. Sabe? Explicando cada ponto. Então, nesse sentido, tem uma transição que foi feita. Você senta com esse cara e olha para o olho dele. Não inspira mentira.

¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

Então lealdade, respeito à, o presidente da República é o comandante em chefe. Agora, se você começar a falar... “Não, isso não”. Então isso tem que ser quebrado. Isso não foi quebrado. Não houve cooperação.

A.S. – A gente tem que mudar a fita de novo.

[FINAL DO ARQUIVO pho_2216_paulo_vannuchi_2015-03-05_03]

A.S. – Paulo, a lei, o texto de criação da lei da Comissão Nacional da Verdade, ela, de certa forma, imbui a Comissão da Verdade, ou apresenta um princípio fundamental à Comissão da Verdade, que é o de promover a reconciliação nacional. O que significa essa ideia de reconciliação nacional?

P.V. – É claro que a questão da reconciliação é um tema também que, no meu período de governo, foi, para mim, uma indagação conceitual, porque a minha formação política, ela foi de uma militância que tinha pressupostos políticos de grande parte dos que lutaram contra a ditadura, que era acreditar no caráter inconciliável das contradições de classe da sociedade. Eu, na minha juventude, declamei textos de que a revolução tem como objetivo, realmente, a eliminação do inimigo, etc., tal. E nesse meu período de vida e reestudo da democracia, liberalismo, socialismo e a contribuição de Norberto Bobbio, que é o meu mestrado, eu localizei um problema bastante angular, que eu mantenho, na minha cabeça, sem solução até hoje. Mas é compreender que aquela visão que eu te disse... Se você me perguntar se eu me penso como um marxista, eu vou te responder que sim. Mas vou dizer que também sou cristão, sou freudiano, sou são paulino, a mesma coisa desse tipo. Não mais uma coisa, na verdade, revelada. Está ali, não tem isso. E toda a construção dos direitos humanos é uma construção histórica, que não tem boa sintonia com o marxismo. Na juventude, Marx, questão judaica, dá um pau nos direitos humanos. “Os direitos humanos são os direitos do burguês individual, etc.” Ele está questionando a declaração francesa e a base filosófica daquilo, que era a exaltação da liberdade de quem? A liberdade contra a nobreza. E o passo seguinte, quando os de baixo passaram a reivindicar da burguesia revolucionária no poder os mesmos direitos, aí a resposta foi não. Direitos iguais só daqui para cima. Antigo regime e tal. E de uma visão que eu tive durante muito tempo, na cadeia, ou quando trabalhei com Dom Paulo Evaristo Arns, dos direitos humanos com uma agenda muito boa, muito positiva, mas uma subagenda de um

projeto muito mais geral, eu mudo. E nunca tive tempo de parar para sistematizar, mas hoje, para mim, o socialismo é um subprojeto muito menor do que o projeto dos direitos humanos. Um dia socialista a humanidade, as pessoas vão ter que trabalhar com as violências pessoais de cada um de nós, com a intolerância, com o egoísmo. [riso] Porque o socialismo não é isso. O socialismo é a socialização dos meios de produção, distribuição equitativa, alguma coisa de socialização da política. E o sonho dos direitos humanos, ele vai muito além disso. O sonho dos direitos humanos é o sonho de uma humanidade que celebre a divergência, a diferença. Então a ideia de que eu tenho que excluir, eliminar o outro, precisa de transições conceituais. Reconciliação para mim é uma coisa muito positiva. Porque se você não assumir a necessidade de reconciliação, você vai dizer que a guerra na Palestina tem que continuar mais 200 anos. Porque Israel vai virar para os palestinos e falar: “Vocês têm razão, nós fomos malvados”? Então tem de haver uma construção que busque... O que nós fazemos para não ter mais guerra na Palestina durante 200 anos. “Mas ele matou meu pai, minha mãe, meu avô, meus filhos”. É verdade. Cada um dos lados terá essa história. Se fosse uma análise política, lógica, eu posso até, geralmente devo dizer que um lado tem mais razão e mais direito que o outro. Agora, na construção dos direitos humanos, qualquer que seja a ideia... E eu falei isso em algumas reuniões com gente amiga. Uma dessas amigas nós acabamos de citar agora. E ela gritou lá de trás: “Eu não quero reconciliação. Eu não aceito”. Lá na USP, ao lado do José Serra, governador. Eu parei, virei para ela, disse o nome dela e falei: “Mas não tem como a pessoa ser ministra dos direitos humanos e ser contrária à reconciliação. Eu estou de acordo com você que as bases para a reconciliação têm de ser a investigação, a responsabilização, a punição adequada”. Porque eu não posso chegar e defender como eu defendo penas alternativas e justiça restaurativa, pensar um mundo onde não haja cadeias e não estar disposto a me reconciliar de nenhuma forma com o Ustra. Eu, na minha juventude, eu também fiz discurso condenado Getúlio Vargas, patrono aqui da fundação. “Por ter apoiado Getúlio Vargas, o assassino da sua companheira Olga Benário, porque levou...” Sabe? Eu tinha essa visão e respeito quem tenha, porque eu já tive. [riso] E quando eu tinha essa posição, eu era muito sincero. Então quem tem essa posição hoje, também é muito sincero. Mas eu não penso assim, não. Eu penso que o fato do Prestes ter se disposto a apoiar o Getúlio que, em última instância, foi responsável pela deportação da Olga Benário, do [inaudível] dela no campo de concentração, etc... Então eu acho que é uma encrenca, mas a busca de reconciliação é absolutamente defensável. E claro, se você fala que o seu empenho é a reconciliação, é uma maneira a mais de se dizer: “Não é

revanche. Não é olho por olho, dente por dente”. Porque realmente, se você for falar: “Não, agora é a hora de fazer”. E digo muito isso. Eu nunca fui juiz, não vou ser. Mas eu não acho que acerta nenhum juiz que condena alguém feliz da vida. “Que bom, eu condenei esse cara”. E se você for olhar, é um pouco a proposição da Hanna Arendt falando do Eichmann. O juiz bom, ele tem que falar assim: “Olha, eu lamento, mas eu vou ter que condenar você a 30 anos à cadeia, à prisão perpétua”. [riso] Mas não a glória de: “Ah, que bom.” Porque quando o juiz julga, condena e fica alegre porque condenou, ele está reproduzindo um padrão da humanidade que é não reconhecer o outro, a alteridade. Esse cara, ele cometeu um crime, ele tem que ser condenado a 20 anos. Por que ele tem? Porque é o único jeito de o sistema judiciário passar uma mensagem formadora, educadora, para a sociedade como um todo, no sentido de que o crime, o homicídio será punido. Será punido de uma maneira que desestimule o cara a fazer, que ele pense, etc., tal. Tem até o tema do [inaudível] sobre [inaudível], que ele fala que 10 anos ou 100 não mudam a intenção do criminoso de cometer o crime. É a certeza de que vai ser punido ou não. Então na impunidade... “Tem que ser pena de morte”. Mas ninguém deixa de cometer qualquer crime porque no país teve a pena de morte. Então isso dá base para a gente ser contra a pena de morte. A minha posição é reconciliação. A favor de reconciliação. Eu sei que isso envolve uma dificuldade com o meu marxismo fundador, porque é uma ideia de que as contradições de classe são inconciliáveis. Agora, também é possível e já existe em algumas construções, a teologia da libertação se aproximando do marxismo. Fez formulação. Eu quero a eliminação do burguês. Não como pessoa. Eu quero que ele, como pessoa, siga sendo um ser humano. Eu quero a eliminação dele como o opressor. Então aí você tem fórmulas também para poder defender a ideia de reconciliação. E quem fala: “Eu sou contra reconciliação”, eu entendo perfeitamente o que está querendo dizer. Ele fala: “O que eu sofri, minha família sofreu.” Toda vez que eu falo, eu falo: “Eu não posso falar em nome da minha tia Egle”. A mãe do Alexandre, da dona Elzita. Por quê? Porque são pessoas que viram o primeiro pontapé do bebê dentro da barriga. As primeiras mexidas. Amamentou, cresceu. Aí fica sabendo que foi morto sob torturas. Alguns o corpo não apareceu até hoje. Essa pessoa, se ela não quiser, se ela for contra a reconciliação, eu respeito. Mas eu, pessoalmente, acho que nós temos que defender a bandeira da reconciliação.

D.P. – Mas a reconciliação não pressupõe...

P.V. – Perdão.

D.P. – Nada disso.

P.V. – Nada disso.

D.P. – Então explica mais um pouquinho, porque eu acho que isso é super importante.

P.V. – Até para tornar um pouco mais radical a pergunta que está sendo feita a mim. Você pode me perguntar: “Mas eles têm que ir para a cadeia?” E eu respondo: “Não têm.”

D.P. – Não têm?

P.V. – Não. Eu defendo que... [riso] Que sejam jogados na cadeia, mas se a construção...

D.P. – Você defende que eles sejam...

P.V. – Que eles sejam presos. Julgados e condenados à prisão. Mas não acho necessário. Se houver uma construção política que puna, mas com uma espécie de... “Olha, vamos punir, mas não vamos prender.” Pepe Mujica bateu boca com os movimentos lá. Disse: “Eu não vou ficar enchendo a cadeia de velhinhos de 80 anos.” Falou isso. Pepe Mujica falou isso. Aí o pessoal ficou puto, respondeu: “Com todo respeito que temos pelo senhor, não é isso.” Agora eu, pessoalmente, se me perguntarem: “Não arranjo. Nós vamos punir, eles vão ser condenados, a condenação vai ser... O Carlos Alberto... Foram reunidas provas substantivas de que ele torturou, ele violou, ele matou, desapareceu, portanto ele se declarou, ele é considerado indigno para o serviço militar.” Isso ser uma punição que não tem cadeia, não é o meu programa máximo. Mas eu acho aceitável. O que é inaceitável é o ciclo terminar sem punição. Então a punição, ela pode ser declaratória, ela pode ser cível, de vários tipos, pode pegar temas... Remuneração, não é? Declará-los indignos do serviço público. Melhor ainda, das forças armadas. Quebrou a honra militar. Porque quebrou. A honra militar pressupõe um valor de brio e de coragem. Não tem brio e coragem associados a torturador. É impossível. Mesmo que ele, às vezes, se veja, o torturador é um covarde da mais profunda estirpe. Essa coisa que tranca, especialmente pessoa indefesa, as mulheres com a constante violação, ameaça sexual. É a covardia. Então, nesse sentido, eu não transformo a questão em uma questão “eles têm que ser processados, condenados e presos”. Agora, eu acho que a Argentina fez muito bem em meter vários deles na cadeia. Se me perguntarem se Ustra deve ir para a cadeia, eu vou dizer que ele deve. Mas eu não veria no arranjo da construção, da solução para esse processo todo, que a

questão ir para a cadeia é necessária, é indispensável. Se eu morrer sem que eles estejam presos, eu não estarei satisfeito. Não, eu estarei satisfeito se eu morrer com eles tendo sido julgados e declarados assassinos, responsáveis por tortura. “Ah, mas tem que ter um sanção?” Tem. Então eu defendo a maior possível no contexto. Agora, uma decisão declaratória desse tipo, ela não é neutra, ela não é nada. O que é isso? Pegar um cara desses e declarar: “Esse cara é um torturador, ele violou, ele desapareceu, ele é um covarde”. Essas coisas assim, isso é uma puta sanção. Isso é uma puta sanção. Aí tem um pouco a minha experiência de preso político, de foucaultiano, que estudou o tema, o que é a prisão, então não tenho nenhuma simpatia. “Ah, não, tem que jogar na prisão. Ali que é bom”. Não é, não”. Não vai nascer um Ustra melhor na prisão. Então, se você fizer, dependendo da dose, você pode até suscitar romaria de visitas a ele, as pessoas vão se articular para ficar visitando na prisão. Um pouco a minha visão de reconciliação e de... Mas não tem dúvida de que a punição é necessária. Não precisa ser prisional. Vocês sabem o que é justiça restaurativa, não é? É um projeto ainda muito incipiente. É um processo de que o mundo terá que ser um mundo sem prisões. Nós temos que caminhar para esse mundo. Difícil, longe. Mas e como é que você começa isso? Então começa com o menino que pegou a pedra, jogou e quebrou a vidraça da sua casa. Então, você vai na polícia, faz o boletim de ocorrência, aquilo vira inquérito, tal. Então você pode criar outros mecanismos em que no bairro vai haver uma autoridade comunitária que vai reunir as famílias, pôr na mesa. “Menino, você pode jogar pedra? Não pode.” Então ele vai fazer uma declaração: “Eu peço desculpas por ter quebrado o vidro. Eu te causei o dano que não quero causar e eu quero reparar. Eu vou reparar isso não apenas consertando o vidro, mas eu vou plantar uma horta.” Sabe assim? Então é você caminhar para esse mundo. Claro que na hora que for isso, o vidro quebrado é muito mais fácil do que o meu filho morto sob tortura. Então é muito difícil [riso] você pensar na mãe que senta com o Ustra para discutir justiça restaurativa. Então não vou propor. [riso] Mas estou dizendo que o princípio geral para onde nós vamos terá que ser para pensar isso. Então, no contexto brasileiro, primeiro, a prisão, ela tem um efeito muito maior quando ela é mais próxima do fato. No Brasil já houve, em um leque de 30 anos. Então agora é muito melhor você pensar no sentido construtivo das medidas. É a não repetição. “Então eu vou fazer palestras durante três anos em todas as escolas militares fazendo uma autocrítica por ter praticado tortura, etc, tal.” Manejo difícil, vai ter que ter alguém ali [riso] que acompanhe, para ver se ele fez isso mesmo. A Esma de Buenos Aires... Sabe o que é a Esma?

D.P. – Sei, sei.

P.V. – Eu fui em três inaugurações da Esma já. Mas na primeira das inaugurações teve um episódio, assim, absurdo. Porque a Esma, cinco mil pessoas chegaram lá e os corpos nem saíram. E alguns poucos sobreviveram. Um deles trabalhava na Secretaria de Direitos Humanos, trabalha até agora, Martin [inaudível]. É meu amigo, virou e tal. E ele fez um depoimento no dia da inauguração difícilíssimo, coisa de argentino. Argentino gosta da história da morte. Ele fala assim... Lá no ato, era um ato para os diplomatas. Devia ter uns 30 embaixadores. Ele falando: “Então, uma parte dos presos daqui, que tinha profissão, foi poupada para trabalhar em algumas atividades deles. E eu, que era jornalista, eu trabalhei fazendo um jornal falso do ERP”. Eu falei: “Ah, não. Você não expõe a pessoa um negócio...” É uma da vida privada dele. Então que cabeça leva alguém a achar que era bom ter o depoimento do Martin falando isso ali em um evento público de diplomatas, de ministros? Nestor, o presidente, estava presente. E na porta uma mulher ficou falando, falando. Ficava na porta. E aí eu parei para ouvir, aí ela falou assim: “É, eu colaborei. Para ficar viva, colaborei. Então agora eu decidi que eu vou trabalhar aqui, voluntariamente, pelo resto da minha vida”. Eu chamei o argentino e falei: “Tira essa mulher daqui. Isso está parecendo filme de terror, [riso] que loucura”. Então, assim, uma coisa que no Brasil acho que nós não faríamos, mas os argentinos... O Perón manteve a Evita mortinha ali vários anos do lado da cama dele, o Perón já foi enterrado umas três vezes. Eles gostam de fazer enterro de vez em quando, então tem essa coisa. O que eu quero dizer, é que essas coisas têm que se voltar agora para uma coisa do tipo: “Olha, que punição eu acho ideal para o Ustra?” É totalmente impossível. Mas seria isso. Ele percorrer todas as escolas militares e falar: “Eu fui o principal comandante da tortura em São Paulo e quero dizer que prestei um... Eu estava enganado”. Isso vai acontecer? Nenhuma chance, até porque vocês viram como ele foi na Comissão da Verdade. Bateu na mesa, não é? “Não aceito, não cedo, não recuo”. Então, claro, vai depender do contexto, etc. Agora, eu não apostaria no programa máximo, de que tem de pôr na cadeia. Porque o programa máximo tem que ser sempre resultado de uma correlação de forças e a correlação de forças que eu acho que nós temos e podemos construir é de construir punição. Agora, dificilmente é construir punição com cadeia. Entra regra dos 80 anos, entra o argumento do semi-aberto, do aberto. Não, ele está condenado. Ele está condenado, sabe? Ele está condenado a cinco anos...

D.P. – [Inaudível] dava esse passo agora? O que está previsto agora? [inaudível]

P.V. – O que está previsto agora é o seguinte...

D.P. – [Inaudível] as recomendações que estão lá na Comissão da Verdade. [inaudível] trabalho. Mas não tem que ser criada uma outra comissão? O que você acha?

P.V. – Veja bem, a outra comissão que foi proposta, ela foi proposta um pouco assim, com uma coisa boa, positiva, de ter um organismo fixo, permanente, institucional. Mas ela tem um problema. Aí é aquela coisa que, às vezes, a gente não para para pensar. Como agora, não é? Se a gente parasse para pensar, não convocava um ato para o dia 13. Esperava acontecer o do dia 15, depois vê como é que reage. Mas as pessoas fazem e decidem, então na hora H, Ministério Público, o pessoal lá, aguerrido, o General Gonzaga, não sei o que, fez e fez a... E entrou lá. Agora, ali é justiça de transição. Então, no caso do Brasil, está muito bem, mas como norma geral, ela, por exemplo, não é cabível em alguns estados onde não se caracterizava a história da ditadura. Uma ditadura que violou. Então, assim, é conceituação de justiça transicional. Você tem um regime ditatorial, vai para uma democracia etc., tal. Agora, eu acho... Quero te dizer e vou dizer o que eu já disse para quem me perguntou. O avanço tem que ser um avanço da sociedade, do Estado e no Estado diferentes instâncias de poder. De longe Fernando Henrique, mais Lula, mais Dilma, deram muito mais passos do que os outros dois. O Legislativo deu passos, com dificuldade, mas aprovou as duas leis do Fernando Henrique, aprovou a Comissão da Verdade, aprovou outras coisas correlatas. O Judiciário não. Então eu, como estrategista político, como militante político, cientista político, eu diria, para quem vier perguntar para mim: “Judiciário, volver”. Todas as baterias para lá e falar com o Lewandowski. O Lewandowski tem um mestrado em ciência política, em direitos humanos. Direitos humanos e direito internacional. Já votou certo, é o presidente do Supremo. Acabou de nos receber lá como comissão e como corte. Terminou a fala dele, apresentando, ele falou: “Bom, e vocês querem falar alguma coisa? Doutor Vanucchi”. Me deu a palavra, entendeu? Aí eu, imediatamente, saudei a figura dele, contei essa história do voto dele para os colegas de outros países. Então eu acho que o Judiciário é o poder hoje que está premido. Por que ele está premido? Porque é uma baita agenda que tem. Em abril de 2010 o Supremo decidiu uma coisa. Em dezembro foi divulgada a decisão da corte em sentido contrário. Não pode. O que você pode é fazer o que eles fizeram, empurrar quatro anos com a barriga. Já deu quatro, não pode empurrar mais quatro. A comissão entregou para o Lewandowski, ele falou: “Vou pautar”. O Luís Barroso foi para a imprensa e nem precisava falar nada. Mas foi para a imprensa para

falar. Assunto tem que ser rediscutido para superar. Então, nesse sentido, eu acho que aí começa, primeiro, as possibilidades de comunicação. Então eu acho que Lewandowski e Barroso são votos muito prováveis. Quem tiver canal com Cármen Lúcia, com Teori, precisa fazer o que eu fiz, nós fizemos, com o Eros. Só que o Eros, até na véspera... “Como é que vai ser a decisão amanhã?” Um jornalista perguntou. Eu falei: “Olha, eu acredito que vai haver um voto bifronte”. O que é voto bifronte? Eu falei: “Olha, não vai ser um voto nem como eu gostaria, claramente a favor da DPF, nem vai ser uma negativa. Então ele vai ser um voto que vai ter uma sinalização para um lado e outra assim, não sei o que e tal”. Aí, quando veio o voto dele, o voto dele é um escândalo. E nós dialogamos o tempo todo, a gente mandou para ele. Ele estava em Paris, ele tem um casa lá, ele mandou, falou: “Não, estou estudando atentamente o material de vocês”. Deu toda a sinalização. Por alguma razão, na última hora, resolveu fazer aquela bobagem que ele fez. Porque tem um grande fundamento errado. Ele podia votar contra, mas com outros fundamentos. Ele ainda achou uma passagem que é um achado brilhante. Ele nem deu muita força, mas é o único que me incomoda. Ela está pequena, mas é quando ele fala assim: “Ah, a Lei de Anistia...”

A.S. – Tem aqui, se você quiser.

P.V. – Não, eu lembro bem de cabeça. Ele vira e fala: “No entanto, no ato das disposições constitucionais transitórias...” Aí é cinco de outubro de 1988. A frase que está lá sobre anistia, ele interpreta como sendo então a anistia da democracia. Nós, do sistema interamericano, não temos problema com isso. Não pode. Então a democracia não pode, democraticamente, aprovar uma lei que anistie crimes imprescritíveis, inanistiáveis e passíveis de graça tal. Agora, esse é um direito que daqui 30 anos, provavelmente, vai ter muito mais aceitação do que outro. Qualquer advogado com um pouquinho de brilho retórico, ele vai virar: “O que vale mais? A Constituição brasileira? Ou a declaração que foi feita por uns burocratas lá em Genebra?” Sabe, assim, esse tipo de coisa? Você não ganha essa disputa. Você perde. O Jobim, na disputa comigo, ele chegou a usar esse argumento em conversa comigo. Ele falou: “Olha, Paulo, a lei disso aí, o que você está propondo, eu sei o que é. É a burocracia internacional dos direitos humanos, que sabe muito bem como se manter nos seus cargos.” Também é verdade. Eu vejo, agora que eu conheço mais de perto, tem alguns quadros de direitos humanos que estão há 20 anos... Ele sai do comitê de mulher, vai para o comitê de criança, do comitê de criança... Esse é o problema. Você cria também um grupo que cujo... Qual o problema de um governo? É o

conjunto de ministros e assessores que só vivem aquilo. Não sabem o que é a vida da rua mais. Quanto mais tempo você fique lá... [riso] O problema agrava. A burocracia é isso. Mas os meus colegas, de repente, eu falo: “Meu Deus, cadê o mundo real?” Sabe a falta de boteco? Não tem boteco na vida deles. É ali a decisão, é o direito, é o tratado. Então, esse tipo de coisa acontece. Está dado, está colocado nesses termos. E sei lá, em termos de como que você vai buscar uma solução, uma saída para isso, eu volto ao que eu já falei aqui do “pensamento não se converte em poder...” Você tem que fazer o trabalho de ganhar mais gente. Por exemplo, eu fiz duas ações das mais estratégicas. Se me perguntarem assim: “Qual é o seu saldo dos cinco anos?” Eu falo, começando, PNDH 3, Comissão da Verdade. E duas que ninguém sabe que aconteceram. Quase ninguém sabe. Eu fui três vezes à reunião da OAB. Eles têm uma reunião mensal, conselho federal, o presidente do conselho federal está lá e vem os presidentes estaduais, mais de um e tal. E ela se reúne por dois dias. Então eu fui pedir que a OAB introduzisse no exame da ordem 20% de perguntas em direitos humanos. Conseguimos. Três anos. Na terceira César Brito, [inaudível]. Então, agora, 20% de perguntas de perguntas da Ordem – que vocês sabem o que é o exame, que tem uma verdadeira indústria – gerou a contratação de mercado de trabalho para direitos humanos. Não tinha. Agora começa, pela primeira vez, a construção de mestrados em direitos humanos. Daqui a pouco vai ter o primeiro doutorado em direitos humanos. Então nós temos que transformar isso, em uma escala crescente, para ter massa crítica. Não quero 50% mais um. Mas não pode ser um grupo de ativistas tão restrito numericamente, que quando você vai falar em direitos humanos, você só encontra pela frente o argumento da direita. Defesa de bandido, defesa de preso, defesa de bandido, defesa de preso. E quando você começa a ampliar, é pouca gente que te entende. Então nós temos que fazer essa reversão. Não tem erro. Daqui 10 anos o exame de ordem exige. Quais são as perguntas? São assim. Quais são as principais convenções de direitos humanos da ONU? Bingo! É isso. Pergunta de vestibular. Então o cara vai começar a saber que tem da mulher, da tortura, do escravo, do racismo, dos desaparecidos, [inaudível] forçados. Ou seja, então já sabe. Faz uma pergunta sobre OEA e sobre ONU. Então é isso que precisa, você começa a ter... A outra, terceira do meu legado, também ainda não saiu do papel, mas o papel está conquistado. Eu fui falar com o Fernando Haddad e fui ao Conselho Nacional de Educação. Fui no conselho uma vez, duas vezes, era o Ronca o presidente, ex-reitor lá da PUC de São Paulo. Diretrizes curriculares nacionais de direitos humanos para o ensino básico. Então já tem. Teoricamente, as diretrizes deviam ser seguidas por todas as escolas públicas e privadas. Só que não é assim.

Agora já está lá. O que eu falei? Em vez de fazer a lei como já se fez da educação sobre a África... O pessoal do movimento negro fez, ótimo, está lá. Em vez de pegar a questão dos direitos da mulher, direitos humanos como... Ou seja, todo o ensino tem que ter na grade direitos humanos. Aí teve uma discussão, que eu não sei, por que eu não sou especialista em educação, mas predominou amplamente a posição de não criar a disciplina. Porque a criação de disciplina tem tal problema, não sei o que. Então o tratamento interdisciplinar. Você vai discutir direitos humanos aqui, etc., tal. Na hora que você fizer isso, você gera uma mudança daqui 10 anos. Então eu acho que as apostas são muito nessa linha de você ficar produzindo. Se você não fizer isso, se a Globo continuar sendo o que ela é, o Cidade Alerta da Record ser o que é, o quadro daqui 10 anos, ele vai ser igual ou pior. Ele vai ser igual ou pior e nós precisamos estar em um quadro sempre que, a cada ano, você perceba que está avançando. Você não precisa acabar com a fome, mas você precisa ter certeza de, que a cada ano, um número expressivo de pessoas a menos enfrentam a fome. Então pronto, está lá, você está no caminho. Deu para acelerar? Não deu? Agora, você tem analfabetismo com Lula e tudo estacionado. Com o governo Lula, Dilma, você não mexeu no analfabetismo brasileiro. Você vai discutir com os educadores, eles falam: “Não, a torneira está fechada”. E é verdade. Daqui 50 anos não tem mais analfabeto no Brasil, porque você está alfabetizando todo mundo agora. [riso] E o cara que tem 50 anos e que não está? “Ah, isso aí deixa”. Aí é bem neoliberal, não é? “A vida resolve, não vamos fazer campanha”.

A.S. – Mas, por exemplo, durante a discussão sobre o PNDH. Antes mesmo da discussão de um texto do decreto do plano. O MEC, por exemplo, estava envolvido nessa discussão? Não somente no eixo sobre memória, verdade e justiça, que um dos pontos é exatamente a maneira como se ensina a história desse período. No sentido de incentivar mais que os livros escolares tratem, que os materiais didáticos tratem sobre isso. Mas, por exemplo, no eixo relativo à educação, havia um interesse do Ministério da Educação em participar?

P.V. – Então, havia e acontecia assim: primeiro por organização de governo. Quando nós decidimos fazer um ato interministerial, não mais dos direitos humanos, a Casa Civil coordena esse processo de consulta e orienta etc. Aí começa uma articulação entre nós, que não se dá de ministro para ministro. Em vários casos eu fiz de ministro para ministro, aproveitando as relações pessoais. Tarso, Fernando Haddad, Patrus, os mais próximos, a gente discutia e fazia. Agora, geralmente, vinham pessoas de alto escalão. Vinham secretários. E com educação o

grau foi muito forte de sintonia. Agora, só quem trabalha em governo sabe a distância que tem entre os encaminhamentos que se adota e aprova e a concretização. Aliás, é o tema do Bobbio, não é? O Bobbio fala que o problema fundamental dos direitos humanos não é mais o de fundamentação. Chega. Agora é efetivação. Então é pegar o que tem e efetivar. Porque eles estão afirmados e não são efetivados. O meu discurso de posse com o Lula foi esse. “Presidente, o senhor que acompanhou meu estudo em torno de Norberto Bobbio...” O Lula chegou a conhecer o Bobbio. “Me permita citar uma pequena frase que é muito importante. É como eu assumo esse cargo. Bobbio diz: ‘Se você quiser ter uma noção sobre qual o panorama geral dos direitos humanos no mundo eu te proponho uma receita muito simples. Leia a declaração de 1948 e depois olhe em redor’. Basta você olhar. Você sai de casa e vê que o mundo tem gente na rua, criança, pobre. E aquela declaração como roteiro, direitinho. “Não pode ter desigualdade, não pode ter discriminação, respeito ao outro e tal”. Eu acho também que, o PNDH 3 hoje, se você for ver, e ele teve um avanço importante, que ele criou um comitê de monitoramento. Foi o primeiro plano que teve um comitê de monitoramento. A sociedade civil queria ser membro. Não consegui. O governo falou: “Não, não existe isso. Comitê de monitoramento é um comitê intergovernamental”. Então a gente colocou com participação da sociedade civil. Elas participam. Eu estava lá, fizemos três, quatro, cinco reuniões. Sai de lá, caiu. E não é caiu porque é a pessoa. Porque realmente houve uma pancadaria em cima do PNDH 3 e que a esmagadora maioria dos ministros e dos principais assessores não leram. O Lula, quando foi ler um trecho, no dia que a gente fez a última redação, que eu mostrei essa coisa da imprensa, eu falei: “Olha como o PNDH de 2002 falava da imprensa”. Ele ficou indignado. Ele falou: “Ninguém me explicou isso”. Dizendo o seguinte: que você constrói uma versão e essa versão se formou. Lava jato e Mensalão não tem discussão. São culpados e condenados. Daqui a pouco vai vir lá um registro. “Olha, não apareceu prova contra o Aécio”. Já saiu. “Não apareceu prova contra fulano”. Está feito. E do PNDH 3 dentro do governo ficou essa marca. A marca do ataque. Então eu falo para o meu pessoal. Todo mundo: “Ah, o nosso PNDH...” Eu falo isso. “Defendo o PNDH 3 sem citar o nome”. Pega as propostas que estão lá, mas não vamos ficar falando o nome, porque... Aqui no Rio, na época, eu vim na Getúlio Vargas, eu vi um outdoor de campanha eleitoral desse tamanho, contra o PNDH 3. Ou seja, ninguém entendia. Gente do povo não sabia o que quer dizer isso. E assinado [riso] deputado fulano de tal, que eu imagino que seja um bispo evangélico, um pastor desses aí muitos, da turma aí do PSC, do Eduardo Cunha. Contra o PNDH 3. Então o governo ficou incomodado

com isso. Não é que ele ache. E eu defendi. Eu falei: “Olha, o PNDH 3 foi o maior ataque que o governo Lula sofreu em oito anos, no sentido programático. Porque o outro ataque foi o do Mensalão”. Esse ataque do Mensalão não era das ideias do Lula, era o problema da irregularidade. Caixa dois, teve, não teve. Prometeu dinheiro para Roberto Jefferson, não prometeu, pagou, não pagou. Então esse ataque é um ataque que não pega. Agora, aquele ali pegou as ideias. E as ideias, se você ler... Quem lê... O Paulo Matos, que assumiu agora uma secretaria de promoção, lá com a Edeli... Ele veio da Secretaria Geral, ele falou: “Olha, Paulinho, eu acabei de reler o PNDH 3”. E falou: “É um documento impecável.” O texto, a construção, a argumentação...

D.P. – Quem te auxiliou para escrever esse documento? [Inaudível] a sociedade civil? Como é que foi a formulação?

P.V. – Não, então, primeiro tinha uma equipe boa. Eu consegui, tive sorte também, trabalhei, nesse sentido, para formar uma equipe boa. Eu investi muito em uma moçada na faixa dos 30 ou 40, sabe? Tinha alguns com menos de 30, alguns para cima, mas foi muito assim. Aí criou um clima. E muitos gestores e tal. Agora, o que eu fiz? E aí também todo mundo [come]² barriga. Eu contratei uma consultoria especial de três pessoas de altíssimo nível. Licitação, edição, mas claro que a gente tem como, tem um certo arbítrio entre os vários currículos apresentados. Paulo Sérgio Pinheiro e pedi para ele o seguinte: que ele cuidasse da compatibilidade de texto com todos os tratados internacionais. Ele é um homem da ONU, homem da OEA. Então, ele foi o que cuidou desse lado. O Marcos Rolim para fazer a consultoria da questão segurança pública. Tudo que envolvesse polícia. Então o Jobim falava: “Não pode, não pode”. Eu ia falar com o Marcos Rolim. E para as questões religiosas [riso] Luiz Alberto Gomes de Souza. Luiz Alberto deu a maior vacilada porque, realmente, eu, quando veio o ataque dos símbolos religiosos, eu falei: “Gente, aqui eu comi barriga”. Porque eu reví o texto todo, pessoalmente, mais de uma vez. Com aqueles cuidados de propor, não é? E aí o texto está ruim. O texto está “impedir a exibição de símbolos religiosos nos departamentos federais”. É essa a frase. Absoluta identidade com a teoria do estado laico. Não tem de ter Jesus Cristo no tribunal. Não pode. O primeiro a pedir isso devia ser o próprio cristão. Falar: “Não, tira isso. Não quero que a minha religião seja...” Agora, quando você faz a frase

² O mais próximo do que foi possível ouvir.

“impedir”, tem um tom autoritário, tem uma coisa assim. Então você podia transformar isso em um “fomentar nos três poderes a discussão sobre a inconveniência de ostentação de um símbolo religioso de um dos ramos”. Porque aí, quando você vai explicar, você explica. O tribunal, ele vai ter Jesus aqui atrás no exame da seguinte causa: o pastor evangélico de Jesus, de Florianópolis, em seu culto semanal, durante a semana, com aquelas oratórias, que eles são bons nisso... “Abandona esse corpo que não te pertence”. Exorcismo. Incitava o ódio contra o terreiro que estava na esquina. Então o terreiro foi depredado três, quatro, seis vezes no ano. Às vezes quebravam os vidros, às vezes entravam. Aí o pessoal no terreiro fez o processo judicial. Aí o juiz vai ter o Jesus aqui? Não, tinha que ter Xangô. Xangô e Jesus. Sei lá, Oxalá. Vai ter uma causa islâmica, judaica, sabe essas coisas? Mas não. O Dom Urani era meu amigo. Eu visitei ele em Belém do Pará, ele é de São José do Rio Pardo, uma cidade que eu fui muito ligado lá pelos estudos de Euclides da Cunha. Ele fez declaração: “Esse ministro daqui a pouco vai querer tirar o Cristo Redentor de cima do Corcovado.” Sabe essa baixaria? O debate foi para esse campo. A frase era essa. E aí o nosso Luiz Alberto também... [riso] Aí eu fui falar com ele, ele falou que não, ele tinha tentado. “Não, eu tentei tirar.”

D.P. – Tentou, mas não...

P.V. – Mas naquela mesa, negociação, tanto a sociedade civil como o meu pessoal também. Aí não é que a sociedade civil exigiu. Os meus assessores também. “Não, isso tem que manter”. O pessoal está tão imbuído da verdade... E é verdade, não pode ter. Mas a partir da decisão de que não pode ter, eu preciso saber qual a melhor estratégia, o caminho, o método para chegar a atingir a sua meta, que é... Tanto é que passou o Carnaval todo do PNDH 3, um presidente do tribunal do Rio de Janeiro mandou uma circular determinando a retirada do crucifixo de todos os... [risos] Vocês nem ficaram sabendo disso, ficaram?

D.P. – Não, não. Não sabia, não.

P.V. – Ou seja, o presidente do tribunal manda uma circular determinando a retirada de todos os crucifixos das salas de audiência de julgamento. Eu fui falar com o Lula. O Lula tem um crucifixo seiscentista. Tinha lá, não é? Que um empresário amigo, procurado pelo Dom Mário Morelli, queria vender. Custava 50 mil dólares, para resolver algum problema. Esse empresário comprou e deu para o Lula. E aí não podia dar por questão de lei, então incorporou ao

patrimônio e o Frei Beto foi lá um dia fazer uma... Aí o Lula fala: “Você não quer deixar...” Ainda tinha uma Nossa Senhora Aparecida aqui. “Você não quer deixar eu ter o meu Jesus aqui, a minha Nossa Senhora Aparecida”. [riso] Eu ainda falei para ele: “Presidente, Nossa Senhora Aparecida não pode ter nem perante os deputados evangélicos que vêm aqui falar com o senhor, porque eles não cultuam a Virgem, nem as Nossas Senhoras, não é?” Mas aí o presidente respondeu: “Não, eu sou o presidente, eu tenho direito aqui de botar o que quiser”. E provavelmente tem mesmo. Agora, na sala de um julgamento de tribunal, que pode ter causas religiosas, aí já não é uma coisa tão neutra. Na ONU, você sabe que existe um crescente vermelho? É, cruz vermelha. A cruz vermelha não pode ser cruz vermelha nos países islâmicos. E foi. Cruz vermelha internacional. [riso] Essa cor só chegou aqui para nós na forma de canhão e de fuzil. [riso] É o crescente. E a mesma organização da ONU com dois nomes.

D.P. – Paulinho, eu fiz essa pergunta para você sobre a questão dos seus assessores e tudo. E acho que é uma maneira, talvez, da gente tentar encerrar essa etapa hoje, que eu até, enfim, participei um pouco de algumas atividades suas. Você fez uma verdadeira cruzada enquanto você estava na secretaria.

P.V. – Não chama de cruzada, por causa disso que eu acabei de falar. [risos] Maratona, maratona. [riso]

D.P. – Com a sociedade civil brasileira em torno dessas causas, da bandeira dos direitos humanos e, sobretudo, nessa questão da repressão, para você tentar montar essa Comissão da Verdade. Fala um pouco dessa experiência, como é que foram essas reuniões. Porque eu sei que você também enfrentou um tranco, não é? E a gente fez um debate, a gente fez não sei aonde. Enfim, eu lembro desse seu grande movimento, que eu acho que é um negócio muito importante.

P.V. – Mas aí eu nem percebi muito isso, porque aconteceu o seguinte: o contexto em que eu assumi, ele era o contexto de uma ira santa dos movimentos de direitos humanos. Aqui todo mundo, quase todos nós, deram a vida para eleger o Lula. Elegemos. Agora, em junho, deixou de ser ministério, faz cinco meses que não sei o que, tal. O episódio da nona conferência com aqueles desastres todos lá da travesti que desmaiou, teve um chilique, desmaiou, caiu em cima do bispo e as coisas assim todas... [riso] Só no Brasil mesmo. E eu acho uma maravilha essa

cena, a coisa da pluralidade. [riso] Somos todos irmãos. Era um estado de indignação. Eu, nos primeiros dias lá, eu pegava os sites e ficava vendo. Aí tinha a parceria nossa era feita com um organismo quase virtual, chamado Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos. E era uma meia dúzia de entidades como o MNDH, não sei o que. Eu não vou lembrar de cabeça todas as siglas. E quando se abriu o do fórum, era uma manchete assim: “Vergonha. Governo Lula censura relatório”. Aí eu chamei lá meus assessores, o Perli Cipiriano, que também é um velho companheiro de cadeia. “Perli o que é isso aqui?” “Não, porque não sei o que”. Eu falei: “Não, Perli. Isso aqui não é bobagem. Ninguém faz isso aqui...” “Não...” Sabe aquela coisa dos pontos de vista polarizados e o meu está certo o outro está errado? Não me cabe entrar nessa. E aí, eu fui ver, tinha erro nosso mesmo. Eu falei: “Não, tira isso. Manda fazer, corrige”. Avisei à entidade, passou um tempo a entidade tirou esse negócio e tal. Aí eu comecei a fazer reuniões. E as reuniões, com poucas pessoas, ia crescendo com muito pé atrás. Por duas razões. Por isso que eu acabei de contar, as insatisfações, se esperava mais, não tinha avançado tal ponto, não tinha outro, tal, tinha rebaixado direitos humanos e também porque o clima de 2005 foi o ensaio desse de agora. Foi a preliminar do que está acontecendo. Ou seja, agora é o ambiente em que as relações estão azedadas. As relações estão contaminadas, está difícil. Semana passada no ABC, eu peguei o caso de um cara que estava fazendo uma manobra de baliza e não conseguia. A vaga era pequena e começou a ter buzina de carro. Ele pôs o vidro para trás e: “Também, olha o que o PT fez desse país”. Ou seja, o cara não consegue pôr o carro na baliza, mas a culpa é da Dilma, do PT. Está uma coisa assim da irracionalidade de ódio. Não sei se isso vai continuar assim, ou se vai acalmar. E, se for, onde vai parar? O clima era muito azedo em dezembro de 2005, janeiro de 2006, fevereiro de 2006. Aí, lá pouco antes do meio do ano, começou a mudar. Começou vir, começou a caracterizar a disputa mesmo das eleições. Lula e Serra e não sei o que, tal. Ou Lula e Alckmin, não é? Lula e Alckmin. Aí eu comecei a fazer reuniões e eu fiz o seguinte: onde eu ia, eu enfrentava... Acho que a primeira foi ali na casa da Amelinha. A Amelinha mora em um casa que tem uma coisa de união do movimento de mulheres, então é meio uma casa aparelho. Fizemos ali uma reunião. foi pau. Pau.

D.P. – Amelinha Teles, não é?

P.V. – É. Aí eu falei: “Olha, gente, eu quero dizer o seguinte: eu não vim aqui para defender o governo Lula, embora eu defenda. Então quem quiser me dar a chance de conversar comigo sobre esse assunto, eu gostaria muito de marcar um almoço, uma outra conversa. Mas aqui está

o ministro dos direitos humanos e não a pessoa ligada ao Lula. Então, eu quero dizer o seguinte: eu vim com a missão de tentar isso, isso, isso, isso. Eu não quero que a gente pense igual, mas se a gente pode fazer uma atuação conjunta, uma coisa. Vocês vão ver que eu serei leal, serei sincero, não vou manobrar”. E aí as pessoas começaram a gostar desse tom, porque esse tom, ele é raro. Geralmente, a figura que está lá no governo vem imbuída de uma coisa do poder, da autoridade e tal, que só atrapalha. E eu, nesse sentido, já tinha de muito antes, e na leitura de Bobbio aprendi e fui para o governo com clareza. O Bobbio, tem uma frase que ele fala: “O vulto demoníaco do poder”. Então eu tinha essa noção do poder até pela tragédia do socialismo real. O que vira um Stalin, o que vira a pessoa que se considera o guia genial dos povos e é considerado. Vira monstro. Então eu cuidei de desarmar isso. Desarmeí lá dentro. A gente fazia uma reunião quinzenal de discussão, quase que uma plenária entre nós. Tinha a hierarquia, mas a hierarquia, ela pode ser exercida com elegância, com matiz. Não tem que ser aquela coisa. E a franqueza. Se o cara chega e apresenta tal coisa, eu falo: “Isso eu não tenho como resolver”. Eu fui a Belo Monte. Convite do Dom Erwin. Depois disso, eu até dei um Prêmio Nacional de Direitos Humanos para ele e tal. Em um estágio muito inicial. Não tinha começado obra, não. Eu liguei para ele à tarde para falar: “Dom Erwin, não vou mais. “Porque o índio meteu um facão aqui no engenheiro da Eletronorte na tarde da véspera. [riso] Fez um corte aqui e deu Jornal Nacional.” Falei: “Não posso ir. Eu sou do mesmo governo. Eu não posso ir aí se os índios...” Tinham feito uma nova estação e o cara meteu o facão. Besteira, não é? Ele falou: “Não, o senhor venha, pelo amor de Deus, eu preciso da sua presença aqui. O evento não tem nada a ver. Esse evento foi lá em tal lugar. Isso aqui vai ser aqui na minha casa, na diocese.” E eu fui. Foram 50 pessoas. Isso que você viu eu fazendo em base, em outros lugares, uma rodada de 50 falando a mesma coisa. Inclusive, um ex cunhado meu que é em dos principais líderes, é o principal dirigente do Instituto Sócio Ambiental, do ISA e o cara ali de Belo Monte. Os filhos dele nasceram no Xingu e ele estava lá. Até dei carona para ele de volta. Estava com o avião da FAB. Até Brasília. E conversei com ele, inclusive. Eu falei: “Olha, gente, eu aqui sou ministro dos direitos humanos, eu vim aqui para ouvir as denúncias, as propostas. Agora, eu não posso me furtar a uma pergunta que eu vou fazer. Porque além de ser ministro, eu trabalho com o Lula há 30 anos. Qual a posição de vocês? É não fazer a usina de jeito nenhum ou, com determinadas condições, vocês aceitam que ela seja feita?” O pessoal respondeu não fazer de jeito nenhum.

D.P. – Responderam não fazer de jeito nenhum.

P.V. – Não, não fazer de jeito nenhum. Eu falei: “Olha, então eu vou levar, porque é meu papel, mas eu quero dizer para vocês, como militante político, como pessoa que trabalhou na Pastoral da Terra, trabalhou no Cimi, trabalhou na Pastoral Operária, nas comunidades de base, etc. tal, que a luta está perdida.” Porque se você fizer qualquer consulta no Pará ou no Brasil, 95% das pessoas vão falar que precisam dos megawatts, não sei o que. Até porque, pela ação da própria Marina, que resistiu muito como ministra, Belo Monte saiu muito diferente do projeto inicial. Ou seja, o lago virou metade e se introduziu, pela primeira vez, o fio de água. Então, em vez de ter aqueles mega reatores, é um monte de bumbo, pequeno assim, de quatro, cinco metros. Por isso ela é intermitente, ela não opera o ano inteiro. Mas ela vai fazer um dano ambiental, mas muito, muito menor do que Itaipu e outras. Então já teve uma coisa de que... Olha, perderam-se alguns bilhões dos investidores, para poder fazer uma coisa. Então já tinha alguma coisa que o governo não estava com a coisa, não. A gente podia estar fazendo uma usina muito mais rentável, mais danosa, não é? E aí, no vôo de volta, o André entendeu. Ele falou para mim: “Não, Paulo, eu achei que a ideia do plano B dá jogo. Dá jogo”. Então, em resumo, porque senão eu vou entrar em outra fita, o que eu acho é que toda vez que alguém tiver um papel como o meu, é sentir que ele está ali no jogo de pressões. Então, procurar ser franco, sincero, não vai ter consenso. Você tem que reduzir o máximo que der o descontentamento, aquela pessoa que não acredita em você. Suzana Lisboa foi fazer campanha contra a minha eleição para a OEA. Para a OEA. “Não vota no Jaime Cavallari, mas não vota no Vanucchi”. “Por quê?” “Porque o Vanucchi é contra a apuração dos casos da guerrilha do Araguaia”. Então aí, pelo amor de Deus, não é? Contra isso eu não tenho proteção. Contra uma pessoa que acha que eu sou contra a investigação do Araguaia, eu não tenho proteção. “Olha, eu fiz o tempo todo”. “Não, porque você...” Teve uma discussão no governo que eu perdi. Eu não fui para Washington na audiência para deixar claro. Não vou. “Não, você tem que ir”. Não vou. Não vou lá. Aí foi o Ministério da Justiça, foi o Itamaraty, foi o Zé Gregório, falar do depoimento a favor do trabalho. E eu falei: “Não, não concordo. Essa posição eu não concordo”. Eu acho que a ação da OEA sobre [inaudível] está correta. O Brasil tem que confessar a ação. Falar: “Está certo. Nós vamos fazer o que vocês estão determinando”. E toda a operação foi de lá para tentar demover, que não podia. Não teve jeito, a comissão mandou para a corte, a corte acabou coordenando. E uma pessoa ligada a mim como a Suzana, fez isso na minha eleição para a

OEA. “Não, não pode trabalhar para o Vanucchi, porque ele no fundo...” Então não tem jeito, vai ter sempre pessoas que acham que você traiu, que você fez um tipo de manobra. Mas a maioria esmagadora vai compreender e eu acho que eu consegui isso. Eu consegui nos direitos humanos uma atitude de respeito nas pessoas que não concordam comigo, mas respeitam. Falam: “Não, fez, fez uma parte, trabalhou”. E acho que é isso.

D.P. – A gente não tem mais como...

A.S. – Já está na hora também do vôo. Muito obrigada, Paulo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]